



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

INGRID BARBOSA SILVA

**O CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE PARA
ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLITICA DE
EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SALVADOR-BA: uma breve
sistematização**

Salvador
2017

INGRID BARBOSA SILVA

**O CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE PARA
ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLITICA DE
EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SALVADOR-BA: uma breve
sistematização**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz

Salvador
2017

INGRID BARBOSA SILVA

**O CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE PARA
ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLITICA DE
EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SALVADOR-BA: uma breve
sistematização**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 31 de Julho de
2017.

Adriana Freire Pereira Férriz – Orientadora _____
Doutora em Sociologia
Universidade Federal da Paraíba, Brasil, 2012
Universidade Federal da Bahia

Ana Maria Ferreira Cardoso - Examinadora _____
Doutora em Educação
Universidade Federal do Ceará, Brasil, 2012
Universidade Federal da Bahia

Heide de Jesus Damasceno – Examinadora _____
Mestre em Serviço Social
Universidade Federal de Sergipe, Brasil, 2013
Instituto Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

E aprendi que se depende sempre
 De tanta, muita, diferente gente
 Toda pessoa sempre é as marcas
 Das lições diárias de outras tantas pessoas
 E é tão bonito quando a gente entende
 Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
 E é tão bonito quando a gente sente
 Que nunca está sozinho por mais que pense estar.
 (Gonzaguinha)

São tantos, e tão especiais...

Neste exato momento, os agradecimentos representam o término deste trabalho, nesse sentido muitas lembranças vêm à tona: histórias, alegrias, choros, aprendizado advindos das experiências individuais, mas que foram construídas coletivamente durante todo processo da graduação. Desse modo, cabe agradecer a várias pessoas que direta, ou indiretamente me auxiliaram, cada um em seu tempo, estiveram presentes e participaram dessa construção.

Agradeço primeiramente a Deus, pela energia, força espiritual e mental.

Aos meus pais, pela vida que me concederam, em especial, a minha querida e eterna mãe, mesmo distante fisicamente sempre contribuiu com incentivos e com seu amor incondicional. Não poupou esforços para que este sonho se concretizasse, mesmo que isso implicasse ausências. AMO VOCÊ!

A minha única irmã, Tércia Barbosa, agradeço pela sua existência, pelo incentivo, pela ajuda, por ter sido minha base quando eu cheguei em Salvador em busca de estudo. Obrigada, te amo.

Agradeço aos demais familiares que também estiveram presentes ao longo desse percurso.

Ao meu companheiro, confidente e amigo, Afonso, por me apoiar e me encorajar incondicionalmente.

Aos amigos (as) da minha cidade natal, pelos momentos vividos, pelas mensagens de carinho e pela amizade sincera, em especial a minha grande irmã Paloma Bastos.

Aos amigos (as) advindos do curso de Serviço Social, em especial a turma de 2013.2, com os quais eu tive o privilégio de conviver e socializar

conhecimentos/medos/experiências, mesmo nas adversidades dessa caminhada, foi uma turma que se apoiou e interagiu com afeto. Que bom poder conhecer vocês. Obrigada pela acolhida

As minhas eternas amigas/companheiras, Tailane, Vanessa, Laila e Maiana. Que sorte a minha poder conviver diariamente com vocês por todos esses anos. Vocês tornaram essa caminhada mais alegre. Amo vocês!

A equipe do IFBA, em particular minha supervisora de campo, Eliana e minha colega Nadjane, obrigada pela receptividade, atenção e aprendizado. Vocês foram fundamentais!

A todos(as) os/as professores(as) do curso de Serviço Social da UFBA, pela competência e pelos ensinamentos transmitidos.

Ao grupo de pesquisa, obrigada pela troca de experiências, estudos, conhecimentos, aprendizados, comemorações, pelas terapias (risos), e sem dúvida, pela amizade.

A minha querida amiga e orientadora, Adriana Férriz, obrigada pelo carinho, pelos conselhos, pelos incentivos, pelas reflexões, pelo companheirismo e por ser essa fonte de inspiração diária minha e de muita gente. Meu percurso acadêmico não seria o mesmo sem a sua presença. Obrigada por tudo!

Agradeço à professora Ana Maria Cardoso e à assistente social Heide Damasceno, por aceitarem participar e compor a banca de defesa deste trabalho.

Agradeço também a todos que não mencionei aqui, mas que passaram por meu caminho e me trouxeram algum aprendizado e contribuíram no meu crescimento pessoal/acadêmico, que cada um dentro de sua singularidade me proporcionou.

SILVA, Ingrid Barbosa. Curso de Formação Permanente para Assistentes Sociais que atuam na política de educação em Salvador-BA: uma breve sistematização. 92fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Universidade Federal da Bahia, 2017.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um estudo de cunho qualitativo que consiste em uma discussão sobre formação profissional permanente no Serviço Social, tendo como base as diretrizes da Política de Formação Permanente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os subsídios teóricos trazidos do campo do Serviço Social e da Educação. O objetivo geral do trabalho consiste em sistematizar as atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão intitulado Curso de Formação Permanente para assistentes sociais que atuam na Política de Educação em Salvador. Os objetivos específicos foram: realizar uma breve discussão sobre a inserção dos assistentes sociais na política de educação no Brasil e em Salvador; traçar e discutir o perfil dos profissionais de Serviço Social que participaram do curso de formação e elencar as contribuições do curso para a luta pela inserção dos Assistentes Sociais na educação básica pública no município de Salvador. A metodologia utilizada contou com o registro de todas as etapas do Projeto de Extensão, desde a preparação para curso até a realização propriamente dita que ocorreu no período de janeiro a junho de 2017, com a participação de 35 (trinta e cinco) cursistas concluintes (assistentes sociais que atuam na política de educação e estudantes dos cursos de Serviço Social). Como parte da metodologia, foi aplicado um questionário para identificar o perfil dos cursistas e foram sistematizadas e analisadas as avaliações dos cursistas ao final de cada aula. Por fim, foi feita a tabulação e análise dos relatórios da atividade solicitada aos cursistas como requisito para a finalização do curso. Os resultados do trabalho apontam que o Curso de Formação para os assistentes sociais que atuam na educação foi de grande relevância no processo de formação permanente dos profissionais e estudantes e que há necessidade e urgência de intensificar a luta em defesa da inserção do profissional do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais da educação básica pública na cidade de Salvador.

Palavras-chave: Formação profissional; Serviço Social; Educação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	12
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROFISSAO: APONTAMENTOS SOBRE O SURGIMENTO E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	12
2.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS.....	26
2.3 A PROPOSTA DE FORMAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS/CRESS	39
3 O CURSO DE FORMAÇÃO PARA OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SALVADOR-BA	45
3.1 A INSERÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLITICA DE EDUCAÇÃO: Breve análise	45
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SALVADOR	52
3.2.1 O Perfil Profissional dos/as Assistentes Sociais que atuam política de educação em Salvador	61
3.2.2 A contribuição do curso de formação para a luta pela inserção do profissional do Serviço Social na Educação Básica Pública de Salvador	65
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE A	79
APÊNDICE B	80
APÊNDICE C	81
APÊNDICE D	82
APÊNDICE E	83
APÊNDICE F	85
APÊNDICE G	86
APÊNDICE H	87
ANEXO	90

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste na sistematização do Projeto de Extensão intitulado Curso de Formação Permanente para os/as assistentes sociais que atuam na educação em Salvador (BA) realizado no período de janeiro a junho de 2017, vinculado ao Programa Permanecer UFBA (Edital PROAE 01/2016 – Projeto n. 9.448).

Ao longo dos anos, as políticas públicas vêm passando por diversas modificações para atender as transformações na sociedade, exigindo profissionais capacitados para responder à multiplicidade de demandas profissionais. A afirmação da qualidade na formação profissional do assistente social se encontra estabelecida no décimo princípio do Código de Ética “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p. 24).

Historicamente, a presença do profissional de Serviço Social na área da educação é datada na década de 1930, desde a origem dos processos sócio históricos constitutivos da profissão. Porém, a partir da década de 1990, com o amadurecimento do projeto ético-político profissional que se visualiza no País um considerável aumento do Serviço Social na área.

As atribuições e competências do profissional de Serviço Social que atua na Política de Educação são orientadas pelos princípios inscritos no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (1996) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Para tanto, o profissional precisa reconhecer a questão social como objeto de sua intervenção e suas expressões no cotidiano profissional. “As competências permitem ao/a profissional realizar uma análise crítica da realidade e construir as estratégias necessárias para responder as demandas sociais que estão normatizadas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/1993) [...]” (CFESS, 2017a, p. 28). Conforme reforçam os subsídios para a atuação do assistente social na educação do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS).

As competências e atribuições profissionais não se dissociam de uma direção ético-política e sua tradução em procedimentos técnicos no cotidiano dos

estabelecimentos educacionais implica, necessariamente, no reconhecimento das condições objetivas a partir das quais se desenvolve o trabalho profissional. Para tanto, é fundamental a apreensão dos processos que hoje mediatizam a inserção e as formas de atuação de assistentes sociais na Política de Educação e os embates presentes neste campo sócio-ocupacional. (CFESS, 2017a, p. 35-36)

Nesse contexto, refletir sobre o processo de formação dos/as assistentes sociais requer cuidadosa avaliação crítica do estágio do capitalismo, do significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, de seus vínculos com o real e da opção política que os sujeitos da profissão imprimem aos projetos profissionais. A formação permanente do assistente social tem sido foco de atuação das entidades da categoria (CFESS/Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO).

O interesse pela temática advém de uma pesquisa, coordenada pela professora Adriana Freire Pereira Férriz, que teve como objetivo analisar o trabalho e as condições de trabalho dos/as assistentes sociais na Política de Educação em Salvador, realizada através do Programa de Iniciação Científica (PIBIC – cotas 2015/2016), do qual eu fui bolsista. Outra motivação pertinente para esse trabalho foi a minha inserção, também como bolsista, no projeto de extensão intitulado Curso de Formação Permanente para assistentes sociais que atuam na Política de Educação em Salvador¹.

A realização deste trabalho contou com uma pesquisa bibliográfica em fontes secundárias sobre o tema da formação permanente dos profissionais de Serviço Social, com objetivo de discutir a importância dessa formação permanente no fortalecimento e aprimoramento nos seus instrumentos e ações no trabalho profissional.

O objetivo central que norteou a elaboração deste trabalho foi sistematizar as atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão intitulado Curso de Formação Permanente para assistentes sociais que atuam na Política de Educação em

¹ O curso de extensão tem os seguintes objetivos: promover um curso de formação permanente para os assistentes sociais que atuam na política de educação em Salvador; desenvolver um mapeamento das necessidades de formação dos assistentes sociais que atuam na política de educação em Salvador; promover a aproximação dos assistentes sociais que atuam na política de educação em Salvador com a comissão de educação do Conselho Regional do Serviço Social da Bahia; contribuir com o fortalecimento da materialização do projeto ético-profissional, principalmente, no que se refere ao compromisso com a classe trabalhadora; identificar e discutir as principais expressões da questão social na educação e a correlação de forma entre capital-trabalho nas instituições de educação em Salvador; criar um grupo de estudos com os assistentes sociais que atuam na política de educação de Salvador como resultado do curso de formação.

Salvador. Os objetivos específicos foram: realizar uma breve discussão sobre a inserção dos assistentes sociais na política de educação no Brasil e em Salvador; traçar e discutir o perfil dos profissionais de Serviço Social que participaram do curso de formação e elencar as contribuições do curso para a luta pela inserção dos Assistentes Sociais na educação básica pública no município de Salvador.

Quanto à metodologia, o trabalho se configura em uma sistematização da prática focada nas atividades do curso de formação para os assistentes sociais da educação. A sistematização da prática, conforme Almeida (2017, p. 02) “foi entendida pelo Centro Latino americano de Trabalho Social (CELATS) como todo o processo de organização teórico-metodológico e técnico-instrumental da ação profissional em Serviço Social”. Sendo assim,

A preocupação com a sistematização se inicia com a própria delimitação dos referenciais que orientarão a eleição dos aportes teóricos, da condução metodológica, da definição das estratégias de ação, do reconhecimento do objeto da intervenção profissional, assim como de seus objetivos e da avaliação dos resultados alcançados. (ALMEIDA, 2017, p. 02)

A sistematização da experiência como bolsista no Projeto de Extensão foi orientada por um plano de trabalho que previa as atividades a ser desenvolvidas pelo projeto. Um elemento de fundamental importância no processo de sistematização foi o registro minucioso de todas as atividades realizadas: o seminário de apresentação do projeto às assistentes sociais que atuam na educação em Salvador, a aula magna de abertura do curso, as aulas ministradas no curso e o Seminário de finalização do curso.

Como parte da metodologia, foi aplicado um questionário para identificar o perfil dos cursistas. Além do questionário, foi realizada uma observação participante *in loco*, salientando que a mesma foi sendo registrada por meio de relatórios com destaque para as tendências de cada tema abordado no curso. Segundo Gil (2008, p. 103),

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.

Outra estratégia adotada foi a análise das avaliações dos cursistas ao final de cada aula ministrada. Foi feita, ainda, a tabulação e análise dos relatórios da atividade

solicitada aos cursistas como requisito para a finalização do curso, a saber, visita a uma escola pública da cidade de Salvador para identificar as principais expressões da questão social existentes na escola que justificariam a inserção do assistente social nas escolas públicas de Salvador.

Por último, o relato e análise do II Encontro Regional Serviço Social na Educação realizado nos dias 20 e 21 de julho de 2017 que contou com a presença de boa parte dos cursistas e na ocasião foi lida a nota construída pela coordenação do curso de formação como síntese das atividades realizadas pelos cursistas sobre a necessidade e urgência da inserção do profissional do Serviço Social na educação básica pública na cidade de Salvador.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos: o primeiro refere-se à introdução do trabalho; o segundo capítulo traz uma breve discussão do processo de formação profissional desde a gênese da profissão, posteriormente uma discussão sobre a formação profissional a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e uma análise sobre a proposta de Formação Permanente do conjunto CFESS-CRESS. O terceiro capítulo consiste na sistematização da experiência como bolsista do Projeto de Extensão Curso de Formação para os assistentes sociais que atuam na política de educação em Salvador. E, por fim, são apresentadas, no quarto capítulo, considerações finais do trabalho.

2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo trazemos as reflexões e análises teóricas que fundamentam o presente trabalho, principalmente, sobre a importância da formação profissional na defesa e na consolidação do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. Para tanto, se faz necessário iniciar a discussão tratando da emergência e natureza da profissão, sua construção histórica, o seu significado social e a culminância no projeto profissional do Serviço Social balizador de valores e princípios que orientam o trabalho profissional.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROFISSÃO: apontamentos sobre o surgimento e a formação em Serviço Social

A tarefa de traçar uma linha com os aspectos históricos da profissão não consiste em tarefa fácil. Por esta razão pretende-se abordar de forma sintética alguns elementos que permitem entender o projeto de formação dos/as assistentes sociais, bem como uma discussão sobre o trabalho profissional desde seus primórdios.

O Serviço Social brasileiro nasce no âmago da divisão social do trabalho, no período de reafirmação do capitalismo no Brasil, momento de grandes transformações sociais e do aumento da demanda social no País. Segundo Yamamoto e Carvalho (2014, p. 83)

O Serviço Social se gesta e desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processo esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes [...] e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emergem sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado.

O ponto de partida para entender a reprodução das relações sociais no Brasil foi o desenvolvimento do modelo capitalista de produção, um desenvolvimento tardio em relação a outros países. Todo esse processo foi fruto da industrialização e urbanização no Brasil, do crescimento do proletariado e, conseqüentemente, de um

crescente antagonismo de classes², em que as relações entre capital x trabalho eram meramente reprodução da totalidade do processo social, ou seja, esta totalidade envolve o cotidiano da vida do indivíduo na sociedade. Essas “[...] relações sociais aparecem, pois mistificadamente, como relações entre coisas, esvaziadas de sua historicidade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 37).

O sistema capitalista, firmado na existência de duas classes antagônicas – a burguesia e o proletariado –, tem como uma das suas fundamentais características a exploração do trabalho assalariado. Segundo Netto e Braz (2006) a exploração do trabalho é a força motriz do sistema capitalista que leva à realização do mais-valor³.

Nesse sentido, essa relação social pautada na divisão social do trabalho e na sociedade de classes é fundada a partir do modelo de produção mercantil capitalista, e, conseqüentemente, da apropriação do excedente de produção pelo capital. O surgimento do excedente da produção no final da sociedade pré-capitalista determinou novas relações entre os homens, evidenciando a exploração do homem pelo homem, ou seja, o trabalho humano passou a ter lucro para um determinado grupo social em detrimento da exploração do outro. Segundo Netto e Braz (2006, p. 84),

A produção mercantil capitalista se peculiariza, pois, porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meio de produção (que, então, tomam a forma de *capital*), e aquele que pode tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho – o proletário (ou operário).

Dessa forma, a força de trabalho trata-se de uma mercadoria de “qualidade única [...] ela cria valor – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 100). Com isso, o avanço da acumulação do capital diante dessas características reflete fortemente no proletariado, uma vez que, o aumento da produtividade⁴ torna-se o

² De acordo com Netto e Braz (2006, p. 55) “Elas são *antagônicas* na medida em que têm existência real, histórico-concreta: elas são formas, modos existências do ser social, que funcionam e operam efetivamente na vida em sociedade, independente do conhecimento que tenham os homens a seu respeito.”

³ “A taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 2013, p. 375)

⁴ Segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 65) “Essa produtividade aumentada do trabalho se expressa no fato de que um capital necessita menos de trabalho necessário para produzir um mesmo valor de troca, ou quantidades maiores de valor de uso. Ou seja: um mesmo capital põe em movimento mais sobretalho e menos trabalho necessário. Dessa forma, todos os métodos de potenciação da força de trabalho são métodos de incrementar a produção de mais-valia, elemento constitutivo da acumulação “.

principal meio do capitalista para extrair excedente do trabalhador, excedente esse, fonte de lucro. Contudo, esse processo de acumulação gera um aumento na composição orgânica⁵ do capital que, ocasiona um número elevado de trabalhadores desempregados, deixando de ser produtivo ao modo de produção capitalista⁶, de acordo com Marx (2013, p. 672) “cria-se sistematicamente um exército industrial de reserva sempre disponível, dizimado durante parte do ano pelo mais desumano trabalho forçado e, durante a outra parte, degradado pela falta de trabalho”. Dessa forma, as principais consequências evidenciadas dessa acumulação do capital para a classe trabalhadora foi o desemprego em massa e a pauperização.

Em consequência disso, a existência desse Exército Industrial de Reserva significa um aprofundamento no processo de pauperização da classe trabalhadora, o capitalismo se utiliza desse instrumento [exército industrial de reserva] para afirmar a exploração da força de trabalho, ou seja, essa superpopulação é também uma forma de acumulação do capital. Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), a existência dessa superpopulação trabalhadora é a principal condição do crescimento do capital, e, principalmente, para garantir a sua renovação. Portanto,

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos faux frais [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média. (MARX, 2013, p. 876)

Nessa perspectiva, fica claro o sentido da Lei Geral da Acumulação Capitalista⁷, uma vez que, quando a produção de riqueza gerada pela classe

⁵ “[...] com a acumulação de capital eleva-se a sua composição orgânica: a proporção de c torna-se muito maior que a de v . Isso significa que o avanço da acumulação faz com que, no desenvolvimento da produção capitalista, a demanda por máquinas, instrumentos, instalações, matérias e insumos seja maior que a demanda de força de trabalho. (NETTO; BRAZ, 2006, p.133).

⁶ “O modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento a ele correspondente da força produtiva do trabalho e a alteração que esse desenvolvimento ocasiona na composição orgânica do capital não apenas acompanham o ritmo do progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque a acumulação simples ou a ampliação absoluta do capital total é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais, e a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original.” (MARX, 2013, p. 855-856)

⁷ “A lei do capital é criar sobretrabalho, o que supõe a mediação do trabalho necessário como condição de extrair aquele. Sua tendência é criar a maior quantidade possível de trabalho materializado, isto é, de valor, e ao mesmo tempo, reduzir o tempo de trabalho necessário a reprodução da força de trabalho a um mínimo, ampliando o tempo de trabalho excedente.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 65)

trabalhadora aumenta a lucratividade do capital, conseqüentemente produz a acumulação da miséria, ou seja, uma reprodução ampliada do capital.

Diante disso, e de todo processo que envolve as relações sociais, principalmente no crescimento/desenvolvimento da hegemonia do capital e por ele ser dono dos meios de produção, o proletariado passa a reagir/exigir melhoria nas condições de vida e de existência/sobrevivência, dando origem ao que foi denominado de “questão social”⁸, oriunda da contradição capital x trabalho.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 83-84),

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

A emergência da profissão e seu significado social se colocam nesse contexto do desenvolvimento capitalista e de agravamento da “questão social” e sob forte influência da Igreja Católica. Por isso, de acordo com Netto (2011, p. 13) “[...] não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa [...]”. Diante disso, o Serviço Social participa da reprodução das relações sociais, uma vez que, a sua atuação é bifurcada, ou seja, precisa responder às demandas postas pelo capital e pelo trabalho. Sendo assim, “[...] o espaço reservado ao Serviço Social [...] é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhe são colocadas [...]” (GUERRA, 2017, p. 02).

Vale salientar que, “[...] não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 86), dentro dessas organizações destaque-se o Estado, que tradicionalmente é o maior empregador dos profissionais de Serviço Social.

⁸ “Surgindo na terceira década do século XIX, justamente quando a base urbano-industrial do capitalismo começava a se firmar e quando a acumulação dava seus primeiros passos consistentes, esse debate prossegue até os dias atuais, quando ideólogos a serviço da classe capitalista e mesmo intelectuais desavisados se põem a mencionar uma pretensa “nova questão social” – como se houvesse uma “questão social” que não derive da lei geral da acumulação. Ora, a “questão social” é determinada por essa lei; tal “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões a medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças.” NETTO; BRAZ, 2006, p. 139)

A partir da década de 1930, a relação Igreja Católica-Estado⁹ passa a ser mais integrada, a Igreja passa a ter um papel mais abrangente de intervenção na dinâmica social, com a ampliação do seu aparato católico, já existente na década anterior, e com objetivo central de reconquistar seu papel na sociedade¹⁰. O Serviço Social brasileiro teve grande influência da Igreja Católica, principalmente, através da base filosófica que vai ser adotada na formação dos/as primeiros/as assistentes sociais, com orientação das práticas baseadas na benevolência, na filantropia, na solidariedade e na caridade¹¹.

A criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), em 1932¹², que segundo Cerqueira citado por Iamamoto e Carvalho (2014, p. 179) tinha como principal objetivo, promover a formação e, qualificar a atuação de seus membros através do estudo da Doutrina Social da Igreja serviu como base para a criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil. O perfil de participantes do CEAS era de moças católicas voluntárias, pertencentes às famílias abastadas paulistas, visando uma formação voltada para os problemas sociais. Vale salientar que, a influência da religião na formação do Serviço Social era baseada nos princípios doutrinários, na moral, na caridade e no elemento vocacional.

⁹ “Esse período corresponderá, assim, a uma situação de ambiguidade, em que a Igreja e Estado, unidos pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social, se mobilizarão para, a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle a partir das posições da Sociedade Civil que o regime anterior não fora capaz de preencher”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 166)

¹⁰ É de fundamental importância entender que, o CEAS tinha como alicerce as práticas de ações filantrópicas motivadas pela Encíclica Papal [*Quadragesimo Anno*] de 1931 que reatualiza a encíclica *Rerum Novarum* (1891), vale ressaltar que, a Encíclica *Rerum Novarum* foi o primeiro e principal documento da doutrina social da Igreja, que traz uma preocupação com a questão social, mas de forma moralista. Como afirma a autora, “Com efeito, na *Rerum Novarum*, o trabalho é visto como uma forma de dignificar a vida humana e como uma condição sublimada pela vontade divina de assegurar a sobrevivência da instituição mais sagrada que é a família. Neste sentido, a análise sobre a alienação que caracteriza o trabalho na sociedade capitalista não é levada em consideração, mas tão somente a injustiça de o salário não corresponder à quantidade de trabalho desenvolvido e não ser suficiente para assegurar a sobrevivência do trabalhador e sua família.” (MUSTAFÁ, 2006, p.146)

¹¹ “Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte da sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto a classes subalternas, particularmente junto a família operária. Essa origem confessional, articulado aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade a profissão cujas fontes de justificação ideológicas encontram-se na doutrina social da Igreja.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 89)

¹² “A partir de 1932 ocorre uma grande diversificação e ampliação do aparato do movimento católico laico. Tendo por base as instituições criadas e desenvolvidas metodologicamente na década anterior, especialmente o Centro Dom Vital e a Confederação Católica, surgirão Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores, a Associação de Bibliotecas Católicas, os Círculos Operários e, posteriormente, a Confederação Nacional de Operários Católicos, e a Liga Eleitoral Católica, além de uma série de instituições centralizadoras do apostolado social, que se firmarão através da Ação Católica Brasileira, criada em 1935.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 168)

Neste conjunto, a Igreja Católica através de suas ações em obras assistenciais, implementadas com o objetivo de concretizar sua penetração entre os setores operários, inicia a fundação das primeiras escolas de Serviço Social no País.

Assim, a partir do ano de 1936, através dos empenhos desenvolvidos pelo CEAS, foi fundada a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, onde se concentrava a maior parte da indústria nacional, com a referência da Doutrina Social da Igreja Católica. As bases fundamentais dessa escola tiveram influência europeia, advindas da Escola de Serviço Social de Bruxelas, que se fundamentava no neotomismo. Essa escola oferecia uma formação baseada nas questões e nos problemas sociais, formando profissionais para atuarem nas organizações operárias, com as famílias, nas obras assistência, etc, ou seja, uma formação técnica especializada. Vale ressaltar que, a questão social nesse período,

[...] era considerada uma doença social dos indivíduos, passível de controle através de práticas reformadoras do caráter. Por conceber-se o objeto de trabalho desta forma, a profissão, nessa ocasião, recebeu forte influência da Medicina e do Direito. Quanto ao aspecto técnico, destacou-se o desenvolvimento de práticas restritas a casos individualizados e a metodologia de intervenção profissional inspirava-se no modelo médico, constituído de estudo, diagnóstico e tratamento, [...]. Essa noção supunha que o profissional deveria averiguar e inquirir a situação dos indivíduos, através de diferentes fontes – o próprio indivíduo, a sua família, seus vizinhos, seus empregadores, entre outros, a fim de identificar as causas que os levavam à doença social e, com isto, as possibilidades para tratá-los e reintegrá-los à sociedade. (MACIEL, 2006, p. 89)

É importante ressaltar que, nessa época, era exigido um perfil para a matrícula na Escola de Serviço Social de São Paulo, além de prevalecer o sexo feminino, era exigido “ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, [...] grande capacidade de devotamento e de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa [...] pelas injustiças sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 233), dentre outras¹³. Ainda segundo os autores, a matrícula limitava-se à faixa etária de 18 a 40 anos de idade, tinha que ter comprovações de cursos, realizar exames médicos, dentre outros pré-requisitos.

¹³ “Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja a enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicabilidade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 234)

Em 1937, surge a segunda Escola de Serviço Social do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, seguindo as mesmas bases da primeira escola, uma formação técnica especializada voltada para a assistência. Nessa perspectiva, vale destacar que, nesse período houve um grande incentivo do Estado, perante a localização, para que surgisse Escolas de Serviço Social no Rio de Janeiro. De acordo com Lamamoto e Carvalho (2014, p. 190):

Nesse momento, a cidade do Rio de Janeiro, além de ser o mais antigo polo industrial da região Sudeste – tendo perdido a pouco para São Paulo a condição de principal conglomerado industrial – é grande centro de serviços (transporte, porto, etc.), contando com numeroso proletariado. É ainda, a maior cidade do país, capital federal onde se concentra a administração Federal e os principais aparece a Igreja Católica, os grandes bancos etc nela se concentram, portanto, os centros nervosos da direção política e econômica por essas condições e as cidades mais desenvolvidas estruturas de serviços básicos inclusive serviço social serviços assistenciais com forte participação do Estado.

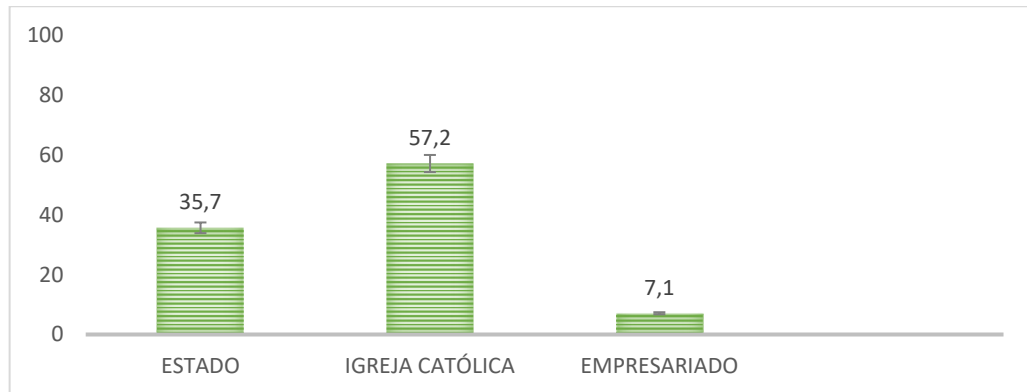
Com isso, o aumento dos cursos de formação para assistentes sociais é decorrente da necessidade de atuação do profissional na realidade social. O Estado passa a ter interesse em aumentar, de forma significativa, o número de assistentes sociais formadas. Pereira (2007, p. 113) afirma que

Entre 1930 e 1945, foram criadas 14 ESSs¹⁴, espalhadas pelas capitais dos estados brasileiros, de forma majoritariamente isolada. Somente uma escola surgiu já inserida em ambiente universitário: o curso de Serviço Social da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), na Universidade do Brasil (atual ESS/UFRJ).

¹⁴ “[...] todas as ESSs foram criadas em capitais das unidades federativas do país, com uma forte concentração na região sudeste, o que é coerente com a própria história da profissão articulada à emergência da sociedade urbano-industrial. As ESSs criadas no sudeste assim o foram nos estados de São Paulo (2) e Rio de Janeiro (6). As duas escolas criadas em São Paulo foram iniciativa direta da Igreja Católica. Já o Rio de Janeiro mesclaram-se as iniciativas estatal (3), católica (2), e empresarial (1). No Rio de Janeiro, tal quadro explica-se devido à posição daquele estado comportar o distrito federal do país e, portanto, da maior presença do próprio Estado. Já em São Paulo, a presença de ESSs unicamente católicas pode ser apreendida pelo próprio movimento de reação católica desenvolvido desde os anos 1920 fundamentalmente naquele estado. Na região nordeste, mais três ESSs foram criadas, sendo duas através da Igreja Católica. Já na região sul as duas ESSs criadas à época assim através da Igreja Católica. Por último, a região norte criou somente 1 ESS, através da iniciativa estatal. Note-se que na região centro-oeste nenhum curso de Serviço Social foi criado no período, o que é compreensível dado que esta região começou a ter um processo maior de urbanização e, portanto, de surgimento das sequelas da “questão social”, principalmente no pós-1950 com a construção de Brasília.” (PEREIRA, 2007, p. 115-116)

Ainda segundo Pereira (2007), as instâncias que fundam as Escolas de Serviço Social no Brasil no período de 1936-1945 são: a Igreja Católica com 57,2%, o Estado com 35,7% e o empresariado com 7,1%. De acordo com o gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 – INSTÂNCIAS FUNDADORAS DAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (1936-1945)



FONTE: Dados obtidos em Pereira (2007), elaboração do gráfico de autoria própria.

Referente à proposta de formação dos/as assistentes sociais nesse período, os principais eixos que caracterizavam essa formação baseavam-se em uma formação técnica, com uma perspectiva educativa em relação à classe trabalhadora e ao modelo franco-belga restringiu a uma formação essencialmente doutrinária, assistencial e moralista¹⁵.

O perfil da formação dos/as primeiros/as assistentes sociais exigia um corpo docentes que apresentava vinculação com o Estado e que tinha forte influência das escolas europeias, principalmente sobre o modelo de organização curricular, vinculadas às bases doutrinárias da Igreja Católica¹⁶.

A partir da década de 1940, o Serviço Social Brasileiro passa a ser influenciado também pelo Serviço Social norte-americano com “[...] interesses sociais, políticos e econômicos da conjuntura da II Guerra Mundial tornava terreno fértil as aspirações das pioneiras no tocante a formação profissional [...]” (GONÇALVES, 2013, p. 107). Com isso, foi estabelecida uma parceria entre os dois países, no sentido de uma qualificação na formação dos/as assistentes sociais, através de intercâmbios e concessões de bolsas de estudo¹⁷. A partir da influência norte-americana na

¹⁵ Para melhor visualização apêndices A e B.

¹⁶ Conforme detalhado no apêndice C.

¹⁷ De acordo com Gonçalves (2013, p. 107) “Somaram 17 bolsas para assistentes sociais na América do Sul, sendo 04 para brasileiras que foram se qualificar (03 para Rio de Janeiro e 01 para São Paulo).

formação, que tinha uma perspectiva positivista, conservadora, funcionalista aliada ao neotomismo cristão, o Serviço Social brasileiro passa a desenvolver um novo perfil profissional, passa a ter uma atuação mais técnica, ao incorporar as propostas de atuação norte-americana (Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupos e Desenvolvimento e Organização de Comunidade). Assim, diante dessa mescla das duas influências (europeia e norte-americana) configura-se “o arranjo teórico-doutrinário”, como explica Iamamoto (2015, p. 219-220),

O Serviço Social no Brasil nasce e se desenvolve nos marcos do pensamento conservador, como um estilo de pensar e de agir na sociedade capitalista, no bojo de um movimento *reformista conservador*. Articula elementos cognitivos e valorativos diversos em um arranjo teórico-doutrinário particular, presidido pela doutrina social da Igreja e os desdobramentos do *neotomismo*, pelo *moderno conservadorismo europeu* e a *sociologia funcionalista*, especialmente em suas versões mais empiricistas norte-americanas. Esse *arranjo teórico-doutrinário*, matizado em sua evolução por influências específicas, é o *fio que percorre toda a trajetória do sócio-histórico que dá sustentação política* ao Serviço Social na sociedade brasileira. Esse fio conservador *coesiona* tanto as *bases de intervenção da sociedade*, o *campo dos valores norteadores da ação profissional*, assim como o *aperfeiçoamento de seus procedimentos*. Permite a profissão ir evoluindo e atualizando seus fundamentos científicos e técnicos-interventivos, sem questionamentos que atinjam os pilares da ordem burguesa.

Nessa perspectiva, o Serviço Social brasileiro não promove a ruptura total com as influências da Doutrina Social da Igreja, configura-se uma junção do humanismo cristão com um suporte técnico-científico. E, a partir dessa influência norte-americana, a atuação dos/as assistentes sociais em relação “questão social” continua sendo, “[...] uma ação *educativa*, de *levantamento de moral* do proletariado, [...] aparece claramente como uma ação ideológica de *ajustamento* as relações sociais vigentes. [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 245).

Diante do exposto, e a partir desses elementos importantes para a construção da profissão, da formação e da atuação dos/as assistentes sociais, sobretudo por volta de 1945, o Serviço Social brasileiro começa a buscar conteúdos teóricos e metodológicos para instrumentalizar sua ação profissional, por exemplo, com o desenvolvimento e realização dos Congressos e Seminários, o Serviço Social

A ida aos Estados Unidos, a partir da possibilidade de se qualificar diante dos cursos de pós-graduação, representava a ampliação e o aprofundamento dos conhecimentos na área de Serviço Social, construindo referências técnico-operativos no desenvolvimento de suas ações. Desta forma, a pós-graduação possibilitou as assistentes sociais brasileiras o conhecimento e a aproximação das Ciências Sociais, e com isso a incorporação de metodologias de trabalho social a DSI, quais sejam: método de Caso, Grupo e Comunidade.”

buscava, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), uma autojustificação das atividades profissionais e das suas estratégias de atuação, do seu reconhecimento profissional. Demonstrando uma redefinição profissional e buscando, perante as condições postas pela Igreja Católica, pelo segmento empresarial e principalmente pelo Estado, sua institucionalização e/ou profissionalização, ou seja,

O Serviço Social deixa de ser uma forma de intervenção política de determinadas frações de classes, a qual se baseia no assistencialismo e é implementada – por intermédio da Igreja – pelos segmentos femininos destas mesmas frações de classes, para ser uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto do bloco dominante. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 327)

Os primeiros Congressos e Seminários impulsionaram os profissionais a desencadearem articulações, principalmente voltadas a sua formação. O Congresso Pan-Americano 1945 teve como um dos eixos centrais de discussões a formação para o Serviço Social, tendo como perspectiva “[...] definir normas para o funcionamento das escolas especializadas, [...], condições de ingressos nas escolas, currículo básico, planos de trabalho prático etc. [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 348). Diante disso, surgem a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), em 1946¹⁸.

Posteriormente, em 1947 foi criado o primeiro Código de Ética do Serviço Social¹⁹, e também foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social, promovido pelo CEAS. Logo em seguida, em 1949, além da realização do 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, no Rio de Janeiro, cujo tema formação para o Serviço Social ressaíu como um confronto, ou seja, segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 353),

¹⁸ Como afirma Gonçalves (2013, p.110). “Tanto a ABESS (tendo como foco inicial promover intercâmbio e colaboração entre as escolas filiadas, com padrões mínimos de ensino), como a ABAS travam uma importante luta no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, principalmente no que refere ao reconhecimento do ensino e da profissão com vistas a qualidade da formação profissional, bem como a defesa de seus interesses profissionais.”

¹⁹ Nesse primeiro código, os assistentes sociais têm como princípios: “I – Moral ou Ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal. II – A moral aplicada a uma determinada profissão recebe o nome de ÉTICA PROFISSIONAL; relacionada está com o Serviço Social, pode ser chamada de DEONTOLOGIA DO SERVIÇO SOCIAL; III – A importância da Deontologia do Serviço Social provem do fato de que o Serviço Social não trata apenas de fator material, não se limita a remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária: trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade.; IV – A observância dos princípios da Deontologia do Serviço Social exige, da parte do Assistente Social, uma segura formação em todos os ramos da Moral.” (ABAS, 1947, p. 01)

Esse confronto se colocou em torno da questão do nível das escolas de Serviço Social, pois naquele momento não havia uma definição – se nível médio ou superior – exigindo das escolas apenas o ginásio como condição para ingresso nas mesmas.

Esse foi um período em que o Serviço Social pode expandir-se com a criação das Escolas de Serviço Social em diversos estados, e principalmente a criação das entidades dos/as assistentes sociais que se configuram como uma força e organização da profissão. Essas organizações foram essenciais para a consolidação da profissão, a ampliação da profissão no mercado de trabalho, ocasionando a profissão a romper com as suas origens/raízes e se constituir como uma atividade institucionalizada, assim como, para o reconhecimento do Serviço Social no ensino superior²⁰.

A década de 1950 foi marcada pelo início da renovação do Serviço Social brasileiro com algumas conquistas importantes, a saber, a aprovação do primeiro currículo mínimo, a Lei n. 3.252/57²¹ que regulamenta a profissão de Serviço Social com atribuições aos assistentes sociais. Cinco anos depois a referida lei foi regulamentada pelo Decreto Lei n. 9.994/62, que de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014, p. 362, nota 22) “[...] regulamenta a lei, definindo requisitos, atribuições, prerrogativas dos profissionais [...]”. Vale salientar que, nesse contexto, os/as assistentes sociais davam respostas aos interesses burgueses.

Portanto, se a década de 1930 até meados dos anos 1940 foi o momento da emergência da profissão no Brasil, e até a década de 1950 foi caracterizado como o período de consolidação/institucionalização da profissão, com o surgimento das entidades representativas da categoria.²² A década de 1960/70 foi marcada por avanços importantes para a construção da profissão numa perspectiva mais crítica do Serviço Social tradicional.

Em 1961 ocorre o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, na cidade do Rio de Janeiro, intitulado “O desenvolvimento nacional para o bem-estar social”, 14 anos depois do primeiro. Em conjunturas totalmente opostas, a discussão central desse

²⁰ “A mobilização de algumas assistentes sociais, seja na ida aos Estados Unidos para cursar pós-graduação (desdobrando na apropriação de novos métodos, seja nos Congressos ocorridos na década de 1940, em que emergiram questionamentos sobre a formação profissional, ou nas discussões e mobilizações das organizações profissionais, contribuiu significativamente para o processo de reconhecimento do Serviço Social como curso de nível superior.” (GOLÇALVES, 2013, p. 113)

²¹ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3252.htm

²² Ver apêndice D para visualização dos principais marcos do Serviço Social até meados da década de 50.

congresso é, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), o projeto desenvolvimentista janista, uma vez que, a vitória do janismo significava uma possibilidade de mudança social. Vale destacar que, nesse período a questão social era enfrentada por medidas paliativas, como por exemplo: o barateamento de alimentos básicos, combate a doenças endêmicas e habitação popular. A conjuntura política, social e econômica da época influenciou bastante o processo de mudança do Serviço Social, ocasionando um retrocesso não só para a profissão, em específico ao teórico-metodológico, mas para a maioria dos segmentos sociais. Segundo Silva e Silva (2011, p. 45) é,

[...] um período de gestação da consciência nacional-popular, com o engajamento de amplos setores sociais na luta pelas reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação popular e outros.

Assim, o Estado absorve com muito mais intensidade a profissão e o exercício profissional começa a deslocar seu eixo de atuação do indivíduo para a sociedade. A profissão ainda era pautada pelo caráter humanista e a sua formação profissional na busca do ajustamento do indivíduo. Porém, já existe nesse período um pequeno grupo de assistentes sociais²³, partindo para uma perspectiva mais crítica da categoria profissional. Surgem inquietações, insatisfações e questionamentos sobre a teoria, método, o operacional e o político. Desse período, os profissionais começam a ter uma concepção de realidade de forma mais crítica tendo uma dimensão das relações sociais baseadas pela dominação e exploração da burguesia perante as classes subalternas.

Vale ressaltar que, no período da ditadura militar, se gesta o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano. Esse movimento, segundo Yazbek (2009, p. 07)

²³ De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014, p. 381) “Nesse contexto é fortalecida uma “esquerda cristã” que passa a influenciar contingentes maiores de Assistentes Sociais, seja pela sua convivência no interior do “bloco católico”, seja por meio das escolas e do movimento estudantil. Por paradoxal que possa parecer, o rompimento de parcela do meio profissional com a tradição conservadora da instituição partirá, essencialmente, do interior do próprio movimento católico. É importante ressaltar que o momento em que o meio profissional começa a ampliar-se – ampliação essa que ocorre diante de uma demanda objetiva do aparelho do Estado e das empresas – coincide com a intensificação da radicalização política que caracteriza o colapso do populismo.”

[...] impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo.

No Brasil, os encontros de Araxá (1967) e Teresópolis (1972) foram importantes para a categoria profissional, no sentido de um movimento de modernização da profissão, uma vez que as produções teóricas desses encontros evidenciaram discussões para a sistematização do instrumento técnico-operativo do Serviço Social, principalmente para lidar com as expressões da questão social naquele período. Pereira (2007) afirma que, esse é o momento em que a profissão caminhava em direção ao estrutural-funcionalismo, abdicando as teorias do Serviço Social tradicional. Porém, o contexto político da época, no final dos anos 1970, levou a profissão a uma reatualização do conservadorismo, evidenciando outras abordagens e perspectivas profissionais. Os Seminários de Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista (1984) evidenciam essa retomada das bases conservadoras dos/as assistentes sociais, com referências na fenomenologia, ou seja, “o Serviço Social como uma profissão de ajuda ‘psicossocial’ a pessoa – abrindo a via de psicologização da ‘questão social’ e sua transformação em problemas sociais individuais” (PEREIRA, 2007, p.178).

Nesse contexto, o movimento de reconceituação ou intensão de ruptura como afirma Netto (2005) se intensificou ainda mais a partir da aproximação da profissão com a teoria marxista, assim, um grupo de profissionais do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais buscou desenvolver uma proposta crítica da profissão, formulando então o método Belo Horizonte (BH), relevante para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Assim, o Serviço Social passa a rediscutir suas bases teórico-metodológicas e começa a assumir sua direção ético-política crítica, buscando legitimidade profissional junto à classe trabalhadora.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), conhecido também como Congresso da Virada, foi um marco para o Serviço Social nessa perspectiva de reconceituação profissional. Os profissionais, professores e estudantes que

buscavam a ruptura com as entidades representativas conservadoras, conseguiram obter hegemonia e assumir o compromisso profissional com a classe trabalhadora.

A conjuntura no início da década de 1980 foi marcada, segundo Pereira (2007, p. 178), “por inúmeras lutas dos movimentos sociais, populares, sindicais, pelo processo de redemocratização, por melhores condições de vida e de trabalho, [...]” foi um período importante para o País, principalmente pela aprovação da Constituição Federal de 1988. No âmbito do Serviço Social, este período registrou grandes avanços: em 1981 foi criada a primeira turma de doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); em 1982 a aprovação do currículo mínimo; em 1986²⁴ o Código de Ética do Assistente Social; além desses avanços podemos mencionar o surgimento de políticas públicas e ampliação dos espaços sócio-ocupacionais pós 88; avanço do debate teórico da profissão, predominando a discussão/teoria marxista; surgimento dos estudos acadêmicos/pesquisas e a publicação da obra de Yamamoto e Carvalho em 1982, que segundo Netto (2005), trata-se da primeira incorporação bem-sucedida da fonte marxista para a compreensão do profissional e que seu trabalho aborda a maioria intelectual da perspectiva de intenção de ruptura.

A década de 1990 foi um período marcado por várias transformações societárias, principalmente, pelo agravamento nas expressões da “questão social”; pela maturidade da profissão e seu significado social. No ano de 1993 o Código de Ética profissional sofreu alterações, discutidas e analisadas pela categoria profissional, na busca de avanços e aprimoramentos e reafirma o compromisso com a classe trabalhadora. O Código de Ética de 1993 assume um papel de destaque na construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil.²⁵

²⁴ Ver: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf

²⁵ De acordo com (CFESS, 1993, p. 23-24), os princípios fundamentais do novo código são: “I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX.

2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS

De acordo com o conceito definido pelo CFESS (2012, p. 19-20) “a formação profissional é um processo permanente de qualificação e atualização porque exige deciframento cotidiano da realidade social”. Assim, o processo de construção da formação profissional em Serviço Social no Brasil, é caracterizado pelas várias transformações da sociedade, da conjuntura do Estado e pelas múltiplas formas de relação entre capital x trabalho.

O Serviço Social, ao longo de sua história, conta com três propostas curriculares para os cursos de graduação: a primeira foi o currículo mínimo de 1953, que foi aprovado através da Lei n. 1.889/53²⁶ e a regulamentação da profissão no ensino superior a partir do Decreto n. 35.311 de 8 de abril de 1954²⁷. Referente à regulamentação, de acordo com o decreto em seu artigo 2, as principais finalidades do ensino do Serviço Social eram:

I - Prover a formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social; II - aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social; III - contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais. (BRASIL, 2017, p. 01)

A segunda foi a proposta curricular de 1970, desenvolvida a partir do contexto político do País e do histórico da profissão, diante das inquietações e insatisfações dos profissionais com seu tradicionalismo, na intenção de alcançar uma teoria mais crítica. De acordo com Maciel (2006), o Serviço Social passou a ter uma visão das bases desiguais da sociedade, e que seu projeto profissional estava ligado a classe dominante, se afastando dos movimentos sociais. Portanto, surge nesse período a proposta curricular de 1970, dividida em dois ciclos (ciclo básico e ciclo profissional), e tem como carga horária mínima 2.500 horas. Segundo Maciel (2006, p. 95) “percebe-se uma clara diferenciação da proposta anterior, ao separar-se a Teoria da

Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.”

²⁶ Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35311-2-abril-1954-449402-publicacaooriginal-1-pe.html>

²⁷ Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35311-2-abril-1954-449402-publicacaooriginal-1-pe.html>

Metodologia do Serviço Social e, também ao absorver-se a disciplina de Política Social”.

A terceira proposta curricular dos cursos de Serviço Social foi a do currículo mínimo de 1982. No final da década de 1970 e início da década de 1980, mais uma proposta curricular dos Cursos de Serviço Social foi debatida nos encontros entre docentes, discentes, profissionais e suas entidades representativas. Esses encontros surgiram diante das inquietações, reflexões e insatisfações por parte de alguns profissionais questionando sobre seu trabalho profissional, a sua formação e a organização da categoria. O mercado de trabalho passa a exigir um novo perfil profissional, com qualificação para dar respostas às novas demandas. Diante disso, tornou-se necessário cada vez mais articular teoria e prática, através de mecanismos próprios, estabelecendo um projeto que visasse a apreensão da realidade social.

Portanto, a nova redefinição do currículo mínimo significa um grande marco para a profissão no ano de 1982. O currículo tinha como foco central evidenciar a teoria e metodologia. De acordo com Maciel (2006, p. 96),

Este currículo, aprovado em 5.8.82, com carga horária de 2700 horas, ficou caracterizado pela subdivisão em duas partes: uma básica e outra profissionalizante. A área de conhecimentos básicos englobaria o conhecimento do contexto social institucional e da clientela do Serviço Social. Como complemento, a área de conhecimento profissionalizantes abordaria o estudo do objeto, objetivos, habilidades e estratégias da ação.

Nessa perspectiva, a primeira área do currículo de 1982, área básica, era caracterizado pelas seguintes matérias: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social. A segunda, área profissionalizante, era definida pela intervenção do profissional e suas habilidades, sendo elas: Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Política Social, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social e Planejamento Social. E por último, as matérias complementares, O Estudo dos Problemas Brasileiros, Educação Física, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado. A tabela abaixo estabelece uma sistematização das três propostas de análise curricular do Curso de Serviço Social, comparando suas mudanças:

TABELA 1 - COMPARAÇÃO DOS CURRÍCULOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 1953 - 1982

1º CURRÍCULO 1953		2º CURRÍCULO 1970		3º CURRÍCULO 1982
1º ANO a) Sociologia b) Ética Geral c) Psicologia d) Estatística e) Noções de Direito f) Higiene e Medicina Social g) Introdução ao Serviço Social h) Serviço Social de Casos i) Serviço Social de Grupo	C I C L O B Á S I C O	a) Sociologia b) Psicologia c) Economia d) Direito e Legislação Social e) Teoria do Serviço Social	Á R E A B Á S I C A	a) Filosofia b) Sociologia c) Psicologia d) Economia e) Antropologia f) Formação Social, g) Econômica e Política do Brasil h) Direito e Legislação Social
2º ANO a) Economia Social; b) Legislação Social; c) Ética Profissional; d) Higiene Mental; e) Pesquisa Social; f) Atividades de Grupo; g) Organização Social da Comunidade.	C I C L O P R O F I S S I O N A L	a) Política Social b) Métodos de Serviço Social (Caso, Grupo e Comunidade) c) Ética Profissional	Á R E A P R O F I S S I O N A L	a) Teoria do Serviço Social b) Metodologia do Serviço Social c) História do Serviço Social d) Desenvolvimento de Comunidade e) Política Social f) Administração em Serviço Social g) Pesquisa em Serviço Social h) Ética Profissional em Serviço i) Social j) Planejamento Social
3º ANO a) Administração de Obras Sociais; b) Organização Social da Comunidade; c) Pesquisa Social.				MATÉRIAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS a) Estudo dos Problemas Brasileiros b) Educação Física
DISCIPLINAS OPTATIVAS POR SETORES: Família; Menores; Médio Social e Trabalho				

FONTE: Decreto n. 35.311 de 8 de abril de 1954 e Maciel (2006, p.95-97). Sistematização e elaboração da tabela de autoria própria.

Com isso, a reforma curricular de 1982 buscou romper sua vinculação com a classe dominante, tendo sua atuação voltada para os interesses dos usuários. Foi um avanço para a categoria profissional, porque buscava uma ligação cada vez maior com a teoria marxista. Essa proposta curricular deixa mais aparente o objeto de trabalho do profissional.

Castro e Castro e Toledo (2012) trazem uma análise do currículo de 1982 com a indicação de algumas lacunas:

[...] • O currículo define a ação profissional junto aos "extratos mais carentes da população" visando sua promoção, sem esclarecer que extratos são esses; qual é a promoção defendida e, além disso, manteve-se o estigma em relação aos usuários ao rotulá-los como extratos mais carentes; • Em relação às ementas das disciplinas, percebeu-se que os conteúdos programáticos eram diferentes e possibilitavam antagonismos quanto a objetivos e conteúdos; [...]; • O currículo não definiu a concepção de participação dos grupos e populações nos espaços decisórios e não definiu o âmbito desses processos, apesar de fazer referência, a todo momento, que a ação profissional deveria incentivar a participação popular; • Não esclareceu quanto ao referencial teórico que pudesse garantir a ação reflexiva e crítica, substituindo o conhecimento científico pela visão abstrata, crítica, sem categorias científicas que a sustentassem; • Fragmentação entre os conhecimentos básicos e os profissionalizantes, dificultando a articulação entre a análise da realidade econômica, social e política e a inserção do serviço social dentro dela, originando falsos dilemas no sentido em que a realidade se torna um entrave para a profissão, e ainda, reproduz a dicotomia entre teoria e prática; • Quanto ao conhecimento do usuário, foram utilizadas teorias sobre os movimentos sociais de modo superficial, não proporcionando clareza a respeito de seu significado histórico; • Os conhecimentos profissionalizantes privilegiavam os elementos internos do serviço social, remetendo-se aos variados agentes envolvidos na prestação do Serviço Social, sem especificá-los; • Não proporcionava a análise da realidade onde o profissional iria atuar, ao mesmo tempo em que exigia o conhecimento do conteúdo social historicamente situado; • O estágio supervisionado não recebeu a devida atenção, na medida em que este não teve uma definição própria, apesar da exigência do conhecimento da realidade social." (CASTRO E CASTRO; TOLEDO, 2012, p.13-14)

Portanto, diante de vários elementos que marcam a década de 1980, como por exemplo: a criação de um novo Código de Ética do Assistente Social (1986) e a Constituição Federal (1988), o final da década foi o momento de fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

A década de 1990 foi marcada pela aprovação de três dispositivos legais que dão sustentação à profissão e consequentemente dão materialidade ao Projeto Ético-político: a Lei n. 8.662 que Regulamenta a Profissão, o Código de Ética do Assistente Social, ambas de 1993, e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, de 1996.

No que se refere às Diretrizes Curriculares, no período entre 1993-1996, de acordo com (ABESS/CEDEPSS, 1997a, p. 03) “foram realizadas aproximadamente duzentas oficinas locais nas 67 (sessenta e sete) Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais”, para construção do que seria o novo currículo mínimo do curso de Serviço Social. E, em 1995, no XXIX Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social (ABESS), realizado em Recife foi aprovada a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. Posteriormente, em 1996, foi aprovada uma nova proposta, intitulada: Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: novos subsídios para o debate, aprovada em Assembleia Geral da ABESS.

O conteúdo das Diretrizes Curriculares é constituído por quatro pressupostos norteadores da formação profissional, pelos princípios, pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, pelas matérias básicas e pelas atividades indispensáveis integradoras do currículo.

Com relação aos pressupostos, Pereira (2007, p. 235) afirma que,

Os pressupostos norteadores das Diretrizes partem da concepção geral de que a profissão insere-se nas relações sociais de produção e reprodução da vida social. O Serviço Social é, pois, considerado uma profissão que intervém no âmbito da “questão social”, situada na quadra histórica do capitalismo monopolista. Compreende-se assim que esta profissão atua nas expressões da “questão social”, com mediações sócio-históricas e teórico-metodológicas constitutivas de seu processo de trabalho. Portanto, o agravamento da “questão social”, da reestruturação produtiva e do neoliberalismo ocasiona profundas repercussões no exercício profissional. (PEREIRA, 2007, p. 235)

No que tange aos princípios que fundamentam a formação profissional, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 defendem, dentre outros, a adoção de uma teoria crítica que possibilite a apreensão da totalidade social, a saber,

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e

qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABESS/CEDEPSS, 2007, p. 61-62)

A nova lógica curricular posta no texto das Diretrizes Curriculares da ABEPSS busca um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a construção de conteúdos de intervenção profissional. A proposta apresenta três Núcleos de Fundamentação para a formação profissional, sendo eles: 1] Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social; 2] Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e 3] Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

De acordo com (ABESS/CEDEPSS, 2007, p. 64), o primeiro núcleo intitulado Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social “é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social”, ou seja, esse núcleo está situado no desenvolvimento da sociedade burguesa. O segundo núcleo – Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira –, “remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira” (ABESS/CEDEPSS, 2007, p. 65), nas suas diversas configurações, diversidades e particularidades históricas nacionais. E o terceiro e último núcleo denominado Fundamentos do Trabalho Profissional “considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objetivo as múltiplas expressões da questão social” (ABESS/CEDEPSS, 2007, p. 66), ou seja, é fundamental a junção das três competências, teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para que o profissional entenda seu processo de trabalho e sua intervenção das quais se defronta.

Diante do que foi exposto, os três núcleos evidenciam os conteúdos necessários para o processo de formação e trabalho do assistente social tendo sua compreensão novos conhecimentos para sua atuação. “Os núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional [...]” (ABESS/CEDEPSS, 2007, p. 64).

As matérias básicas são pré-requisitos para o conhecimento da formação profissional, divididas em: disciplinas; seminários temáticos; oficinas/laboratório e atividades complementares. E, as atividades indispensáveis que também integram o currículo são: o Estágio Supervisionado como atividade obrigatória e o Trabalho de Conclusão de Curso, uma exigência para a conclusão e obtenção de diploma do curso de graduação em Serviço Social. Vale ressaltar que, a carga horária mínima da proposta currículo é de 2.700 horas, com duração média de quatro anos.

No mesmo ano de publicação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)²⁸, que estabelecia, por exemplo: a flexibilidade na organização dos currículos; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; ampliação oferta da educação privada, dentre outros. Destaca-se que, até 1996, quando é aprovada a nova LDB, os cursos de graduação eram aprovados e avaliados tendo como referência os currículos mínimos. Porém, o novo currículo mínimo aprovado pela categoria, passa por uma avaliação/modificação feita pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para adequar o currículo de acordo com as exigências do Ministério da Educação (MEC).

De acordo com Pereira (2007, p. 240),

O processo de tramitação das Diretrizes Curriculares encaminhado pela Comissão de especialistas perdurou até o ano de 2002, quando o CNE homologou, através da Resolução n. 15, de 13 de março de 2002, as diretrizes curriculares para os CSSs.

Portanto, todo esse processo altera a proposta do currículo mínimo de 1996, ainda de acordo com a autora, ocasionou uma descaracterização do perfil profissional, principalmente porque a proposta do MEC, que entra em vigor em 2002, desconsidera/contraria alguns princípios do Código de Ética do Assistente Social, indo contra a um dos principais parâmetros para a construção do projeto ético-político profissional. As modificações do projeto original apresentado ao MEC estão sistematizadas na tabela a seguir:

²⁸ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

TABELA 2 – COMPARAÇÃO DAS PROPOSTAS CURRICULARES PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CURRÍCULO MÍNIMO DE 1996	PROPOSTA DO MEC
<p style="text-align: center;">MATÉRIAS BÁSICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sociologia • Ciência Política • Economia Política • Filosofia • Psicologia • Antropologia • Formação sócio-histórica do Brasil • Direito • Política Social • Acumulação Capitalista e desigualdades sociais • Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social • Processo de Trabalho do Serviço Social • Administração e planejamento em Serviço Social • Pesquisa em Serviço Social • Ética Profissional 	<p style="text-align: center;">MATÉRIAS BÁSICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • A matéria: Processo de Trabalho do Serviço Social é substituída por Serviço Social e Processos de Trabalho. • A matéria: Acumulação Capitalista e desigualdades sociais é substituída por Desenvolvimento Capitalista e Questão Social. • A matéria: Ciências Políticas é substituída por Teoria Política. • A matéria: Direito é substituída por Direito e Legislação <p>Todas sofrem algumas modificações nas ementas.</p>
<p style="text-align: center;">ATIVIDADES INDISPENSÁVEIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estágio Supervisionado • Trabalho de Conclusão de Curso 	<p style="text-align: center;">INCLUSÃO DE DUAS MATERIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Classes e Movimentos Sociais • Trabalho e Sociabilidade.

Fonte: Elaboração própria²⁹, 2017.

As modificações e reduções feitas pelo MEC levaram à eliminação de conteúdos importantes para a formação do profissional. Conteúdos com referências teóricas críticas, marxistas, foi eliminado, ocasionando uma formação vulnerável/flexível, mesmo tendo como suporte a Lei de Regulamentação e o Código de Ética de 1993. As modificações das competências e habilidades; dos núcleos de fundamentos; das matérias substituídas e principalmente eliminar a análise do significado social da profissão. De acordo com Maciel (2006),

[...] tal desconfiguração apresenta contornos prejudiciais e implicações a formação profissional frente a qualidade da educação, tais quais: a diminuição da carga horária mínima; suspensão de conteúdo de matérias e

²⁹ A tabela foi elaborada com base nas informações repassadas Profa. Dra. Cristiana Mercuri de Almeida Bastos em 20/10/2007 em apresentação no I Encontro Local de Estudantes de Serviço Social do Maranhão (ELESS).

disciplinas (indicando-as sucintamente em tópicos); possibilidade de simplificar os projetos pedagógicos; conteúdos pedagógicos resumidos permitindo que os mesmos não se reestruturarem pelos núcleos (indicativos genéricos) entre outros. (MACIEL, 2006 *apud* BOSCHETTI, 2004, p. 149)

Diante disso, o MEC decidiu adotar uma orientação comum para as diretrizes, garantindo a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das instituições ao elaborarem suas propostas curriculares. Com isso, essa flexibilização cria uma vulnerabilidade enorme para a formação profissional, mesmo tendo o amparo da Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética, além da articulação política da categoria.

Ramos e Abreu (2014) destacam elementos significativos sobre a avaliação das Diretrizes Curriculares desenvolvida pela ABEPSS na gestão 2005/2006 e 2007/2008, principalmente voltada para o estágio supervisionado, um dos principais eixos da formação profissional. De acordo com as autoras, diante dessa flexibilização e aumento dos cursos de Serviço Social no Brasil, da privatização e precarização do ensino superior, principalmente no governo Lula, da precarização do trabalho profissional e docente, o estágio supervisionado passou a ter um grande número de denúncias, principalmente por conta das irregularidades constatadas nos campos. Ainda de acordo com Ramos e Abreu (2014), as operacionalizações do estágio supervisionado, após as modificações do MEC e de todo processo de expansão dos cursos, apontaram algumas fragilidades e lacunas, sendo elas:

-Entraves no processo de articulação entre pesquisa e intervenção no estágio; - Ausência de acompanhamento sistemático nos campos de estágio pelos(as) supervisores de ensino; - Existência, por vezes, de certa idealização do estágio, gerando distanciamento das condições objetivas em que ele se materializa, o que traz rebatimentos para o ensino da prática; - Frágil articulação entre a unidade de formação acadêmica e os campos de estágio; - Grande resistência de profissionais para o exercício de supervisão de campo (sobre-trabalho); - Inexistência de uma política de educação permanente oferecida a profissionais; - Escolha do campo de estágio vinculada e empregabilidade; - Reprodução de valores individualistas e moralistas que incidem no cotidiano do estágio; - Não acompanhamento do estágio remunerado. (RAMOS; ABREU, 2014, p. 131)

Com isso, fica evidente o quanto é necessário aprofundar discussões e análises sobre o estágio supervisionado na formação profissional do/a assistente social, principalmente porque o estágio tem como objetivo “capacitar o/a aluno/a para o exercício profissional, por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social.” (CFESS, 2017b, p. 11). As autoras trazem elementos de discussão importantes, sobretudo sobre o estágio

remunerado não obrigatório. Existem muitas distorções sobre as competências e atribuições no desenvolvimento de alguns estágios remunerados, principalmente voltados ao seu processo formativo, principalmente porque,

[...] encontra nesse processo, pelo menos três formas de exploração que precisam ser consideradas: a) o barateamento dos custos de trabalho (força de trabalho “barata”); b) o adiamento da inserção formal dos jovens no mercado de trabalho que não comporta este segmento de forma protegida em tempos de desemprego e subemprego (camufla os processos deletérios da reestruturação produtiva) e ainda, c) a inserção de um “profissional em formação” que não goza de relativa autonomia profissional, portanto, as ações ficam mais suscetíveis as regras institucionais e ao atendimento mais imediato das demandas sociais colocadas no cotidiano das práticas profissionais. (RAMOS; ABREU, 2014, p. 132)

Nesse sentido, com o avanço das políticas neoliberais³⁰ voltadas para a educação, a partir dos anos 2000, a expansão do ensino superior vem sendo algo avassalador³¹, ou seja, a ampliação do capital nesse setor caracterizou a fragmentação das políticas, a privatização e a ampliação do modelo de educação voltado para o capital estrangeiro. De acordo com Abreu (2017),

Como desdobramento desse contexto, o campo das políticas sociais é atravessado por um conjunto de respostas à crise recessiva e concentra esforços na reconfiguração do Estado neoliberal para a manutenção da classe dominante e obtenção de superlucros para o capital. (ABREU, 2017, p. 115)

Nessa perspectiva, a revisão das Diretrizes Curriculares em 2006, após dez anos, fez com que a ABEPSS desenvolvesse uma avaliação da sua implementação, relacionando todos os principais acontecimentos referente ao processo de formação dos profissionais, sendo eles: a expansão dos cursos de Serviço Social, a falta de infraestrutura, a permanência estudantil, o quantitativo de professores tanto nas universidades públicas, através do Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), quanto nas universidades privadas, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e como consequência disso, ocasionou a mudança no perfil dos estudantes e dos professores. (ABEPSS, 2016)

³⁰ Nesse contexto, a educação configura-se como potencial estratégia de manutenção da hegemonia do capital, frente à crise de acumulação. As medidas em relação a ela como política e como um direito social são cada vez mais regressivas, com a oferta de uma educação minimalista para aumentar timidamente os salários e dinamizar o mercado de consumo. (ABREU, 2017, p. 120)

³¹ “Com o desenvolvimento do capitalismo em nosso país, a expansão da educação superior passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de capacitação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguês sob a imagem de uma ‘política inclusiva’.” (LIMA, 2013, p. 15)

Diante disso, surge em 2011 o projeto piloto da ABEPSS, intitulado ABEPSS Itinerante: As Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social, com objetivo geral de:

Fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das DC como instrumento fundamental na formação de novos profissionais (reforço dos eixos: Fundamentos, Trabalho, Questão Social, Ética, Pesquisa e Ensino da prática) (ABEPSS, 2011, p. 13)

A ABEPSS itinerante surge, principalmente, por conta da expansão e massificação dos cursos de Serviço Social, com a precarização do ensino superior. Com isso, o projeto é desenvolvido em formato de curso de aperfeiçoamento para fortalecer a lógica curricular junto com as Unidades de Formação Acadêmica (UFA), e esse curso está dividido em sete módulos. Assim, na sua primeira edição o projeto teve participação de 400 (quatrocentas) pessoas aproximadamente, dentre elas: discentes, docentes, supervisores de campo e acadêmicos, membros da comissão de formação dos CRESS's em todas as regiões do País³². Com o período de setembro de 2011 a novembro de 2012 e com carga horária total de 70 horas (ABEPSS, 2016).

Nessa perspectiva, houve de modo geral uma avaliação muito positiva do projeto pelos participantes. Podendo destacar:

-A experiência coletiva da ABEPSS Itinerante mostrou-se vigorosa como elemento aglutinador de esforços em torno do fortalecimento do projeto de formação profissional; - Mobilização fundamental das regionais da ABEPSS na militância da entidade; - Continuidade de processos anteriores como a implementação da Política Nacional de Estágio (PNE) e as demandas apontadas na pesquisa avaliativa concluída em 2008; - As DC da ABEPSS prevalecem como referencial principal para a categoria que atua na formação profissional; - A forte presença das UFAs privadas e de cursos novos das escolas públicas confirmam a demanda da discussão das DC nos cursos recém-criados; - Ganhos políticos e a construção de novos quadros. (ABEPSS, 2016 *apud* ABREU, 2013, p. 127 – 129, p. 06).

De tal modo, a avaliação mostrou a necessidade de continuidade do projeto, e como nesse encontro o tema mais debatido e problematizado foi estágio supervisionado, que também vem sendo pauta para debates entre as entidades do

³² De acordo com Abreu (2017) “[...] A forte presença das UFAs privadas e de cursos novos das escolas públicas confirmam a demanda da discussão das DC nos cursos recém-criados. Em contrapartida, na maior parte dos regionais, as principais UFAs públicas e privadas, infelizmente, não se fizeram presentes por meio de seus docentes e coordenadores, o que poderia potencializar a troca positiva de experiências e atualizar um mapeamento mais geral da implantação das DC, seus avanços e desafios (muitos professores atuaram como facilitadores). Ainda assim, o projeto alcançou profissionais de aproximadamente 90 UFAs.” (ABREU, 2017, p. 128)

Serviço Social, foi concretizado a nova proposta do projeto ABEPSS Itinerante em 2013-2014, dando continuidade ao projeto anterior, porém com o tema: Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas. Tendo como objetivo geral: Fortalecer a implementação da PNE³³ como estratégia para a ampliação da base político-acadêmica do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior, nas UFAs. (ABEPSS, 2014, p. 08).

Na segunda edição do projeto ABEPSS Itinerante, foi utilizado o formato de oficinas por estados, com carga horária de 16 horas, a partir de dois eixos temáticos, sendo eles: Educação Superior, Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio e a dimensão político-pedagógica da supervisão de estágio (ABEPSS, 2014). Foram realizadas 35 (trinta e cinco) oficinas, com participação de 900 (novecentas) pessoas aproximadamente, dentre elas: assistentes sociais supervisores (as) de campo, supervisores (as) acadêmicas, docentes, discentes, representantes dos núcleos de formação dos CRESS's (CFESS, 2016)

Assim como na primeira edição, as avaliações apontaram a necessidade da manutenção do projeto ABEPSS Itinerante, uma vez que, esses espaços formativos de pensar estratégias de formação e qualificação profissional, potencializa as ações das entidades e, conseqüentemente, estabelece um processo de reflexão crítica sobre os desafios da profissão, principalmente voltados para a consolidação do Projeto Ético-político frente ao avanço do capitalismo conservador. De acordo com ABEPSS (2016), as avaliações positivas foram:

- Continuidade do Projeto;
- Formato descentralizado nos Estados;
- Metodologia em Formato de Oficinas, concentradas em dois dias;
- O tema do estágio foi avaliado positivamente necessário para desenvolver uma formação de qualidade;
- Abertura para os estudantes de graduação;
- Parcerias com os CRESS's e seccionais. (ABEPSS, 2016, p. 08)

As discussões sobre o tema dessa segunda edição do projeto apontaram para o indicativo de mais uma sugestão para a próxima edição, sendo ele: Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do trabalho profissional com ênfase nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Assim, na gestão 2015-2016, a ABEPSS proporciona mais uma edição, fortalecendo ainda mais o intuito de aprofundar no debate sobre a formação profissional. A temática dessa edição

³³ Política Nacional de Estágio.

aborda Os Fundamentos do Serviço Social em debate: Formação e Trabalho Profissional. A metodologia para essa terceira edição é baseada em oficinas, com carga horária: 20 horas, divididas em dois dias de 08 horas, e 04 horas de leitura prévia, tendo como objetivo geral “fortalecer a concepção dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social que consubstanciam a lógica das diretrizes curriculares da ABEPSS e o trabalho profissional”. (ABEPSS, 2016, p. 09)

Portanto, a primeira e segunda edição do projeto ABEPSS Itinerante foram importantes para reafirmar a proposta das Diretrizes Curriculares de 1996 e colocar em discussão a importância da consolidação do Projeto Ético-político profissional nesse contexto de crise do capital e diante dos processos de sucateamento do ensino superior. Vale ressaltar que, para além das avaliações positivas, cada edição do projeto teve seus desafios/dificuldades, como por exemplo: na primeira edição a necessidade de descentralização, necessidade de ampliação do debate para a participação dos/as docentes e dos/as discente, etc. Na segunda edição, a falta de divulgação adequada, falta de articulação com alguns Estados que não realizaram as oficinas do projeto, a necessidade de distribuição com antecedência de material de apoio, dentre outros (ABEPSS, 2016).

Porém, diante das dificuldades mencionadas, fica evidente o quanto a ABEPSS Itinerante é um projeto importante, com uma perspectiva de aproximação das UFAS, docentes, estudantes e profissionais, para o fomento da discussão acerca da formação profissional, da luta política da profissão e a articulação de estratégias necessárias a consolidação das Diretrizes Curriculares. As entidades representativas da categoria, sendo elas, ABEPSS/CFESS/CRESS/ENESSO, lutam por uma política educacional emancipatória, com ações voltadas para a manutenção do direito e fortalecendo o projeto profissional.

2.3 A PROPOSTA DE FORMAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS/CRESS

Atualmente, os três parâmetros que regulamentam o Serviço Social são: a Lei n. 8.662/93, o Código de Ética de 1993, das Diretrizes Curriculares e das perspectivas legais que direcionam sua formação. Assim, esse conjunto de medidas legitimam a categoria profissional nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-política, e principalmente a concretização do seu projeto Ético-Político Profissional.

A formação em Serviço Social perpassa por várias transformações. A profissão é resultado de construções e reconstruções da sua base formativa que fundamenta e direciona o trabalho profissional. O processo de reconceituação é um exemplo disso, os/as assistentes sociais vinham na tentativa de analisar sua formação e principalmente de pensar um trabalho profissional mais crítico perante as expressões da questão social. Diante disso e das determinações e transformações societárias ao longo do tempo, das demandas emergentes, da realidade que incide o trabalho profissional e seus processos de trabalho, da destruição de diversos direitos e políticas públicas e principalmente pela ampliação da precarização das condições de vida da classe trabalhadora, a conjuntura exige dos profissionais contemporâneos,

[...] a capacidade para desvelar, processar e intervir numa realidade socioinstitucional complexa, permeada por profundas transformações societárias no mundo do trabalho, que se materializam de forma difusa e imediata nas diversas expressões da questão social, objeto de ação profissional. (CFESS, 2012, p.18)

Nessa perspectiva, indo contra a lógica do capital, buscando afirmar compromisso com a classe trabalhadora, potencializar o projeto ético-político profissional e em defesa da qualificação profissional, o documento intitulado, a Política de Educação Permanente, elaborada pelo CFESS e o CRESS junto com profissionais e estudantes, determina uma proposta que fortalece o que está preconizado em um dos princípios fundamentais no Código de Ética do/a Assistente Social, “[...] o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.” (CFESS, 1993, p. 24).

Sendo assim, as entidades representativas da categoria começam a pensar e desenvolver possíveis reflexões/estratégias para fortalecer uma formação permanente³⁴ crítica dos/as assistentes sociais, lutando por uma proposta de qualificação no trabalho profissional, com práticas emancipatórias e principalmente defendendo os direitos sociais e humanos, mesmo “considerando os elementos que permeiam a dinâmica contraditória da totalidade social que se articula com as particularidades do fazer profissional” (CFESS, 2012, p. 08). Nesse sentido, a

³⁴ “[...] o significado da educação permanente deverá ser compreendido no contexto histórico, político e econômico, considerando as transformações societárias e os interesses vigentes das classes sociais, tendo em vista que estas transformações vêm influenciando o trabalho, a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS educação e a formação profissional no século XXI.” (CFESS, 2012, p.18-19)

discussão proposta, além de sinalizar essas reflexões pertinentes, defende a educação permanente não só para o Serviço Social, mas pensando a necessidade de uma educação permanente que perpassasse todas as profissões, uma vez que, a conjuntura é complexa e demanda diversas questões que precisam ser avaliadas, analisadas e desveladas.

Assim, a educação permanente no Serviço Social, para além da empregabilidade e da qualificação profissional, busca também superar a histórica ligação da profissão com o conservadorismo. A Política de Educação Permanente vai contra a imediatividade dos profissionais em participar, por exemplo, de espaços formativos que “[...] muitas vezes, [...], são cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio do instrumental, com ênfase nos conteúdos técnicos ou comportamentais [...].” (CFESS, 2012, p. 11). É importante ressaltar que, para a consolidação dessa proposta da Política de Educação Permanente, é necessário defender e apoiar a concepção de educação permanente popular³⁵, criando espaços coletivos; construindo saberes e proporcionando reflexões; fortalecendo e construindo um saber popular que venha agregar força, conhecimento, resistência e organização política e social.

Segundo Silva e Silva (2011), a prática profissional na perspectiva da educação popular,

[...] ocorre de forma dialética, considerando a questão da troca de saber, para que o assistente social e a população possam assumir o papel de educadores e educandos, [...]. Nesse sentido, o assistente social, em vez de dirigir o processo educativo, busca uma reflexão conjunta acerca do cotidiano da população, mediante a socialização do conhecimento e o apoio as lutas e reivindicações populares. (SILVA E SILVA, 2011, p. 230)

Nesse sentido, as entidades organizativas da categoria profissional têm buscado proporcionar/desenvolver espaços políticos de discussões/debates; construção de eventos e publicações para os/as assistentes sociais, oportunizando esses profissionais a refletir sobre o processo de trabalho, sobre o arcabouço teórico e técnico-operativo da profissão³⁶, constituindo assim meios sistemáticos e

³⁵ “A educação popular se propõe como espaço formativo, em sua dimensão ético-política, no sentido de buscar a reflexão do processo ‘Porque? Para que? Para quem? Como?’.” (CFESS, 2012, p.12)

³⁶ De acordo com CFESS (2012, p. 14-15), “[...] os Encontros e Seminários específicos que o CFESS realiza para os/as conselheiros/as dos CRESS e agentes fiscais, na preparação para que estes/as também trabalhem e realizem atividades de formação com as/os assistentes sociais; o curso Ética em Movimento, que acontece anualmente e já está na sua 10ª edição, curso este organizado pelo CFESS para as/os representantes de todos os CRESS, que devem se tornar multiplicadoras/ es, realizando

pertinentes que impulsionem a educação permanente. As entidades buscam ainda fortalecer que, o projeto de formação profissional não se encerra na graduação, pelo contrário, a partir do processo das relações sociais, da exigência de uma ação interventiva e investigativa e da busca pela qualidade dos serviços prestados para a classe trabalhadora, tem-se a necessidade de cada vez mais o profissional se apropriar das bases teóricas, para garantir ações qualificadas na direção do projeto ético-político. É impossível separar a educação da formação, pois entendemos que a formação deve ser permanente.

O documento do CFESS traz alguns eixos de reflexões/discussões que são necessárias para entender o processo da formação profissional e a importância de defender que essa formação seja permanente. Primeiro a discussão sobre a lógica do capital empresarial e a Política de Educação, principalmente voltada para a expansão do ensino superior que, nos últimos anos, através de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), PROUNI e o Ensino à Distância (EAD), que tem sido o grande foco do empresariado da educação. O processo de privatização, da apropriação do dinheiro público para gerenciar essas políticas, da precarização das universidades públicas e da expansão dos cursos sem qualificação no ensino. Tudo isso vem ocasionando “uma massificação da formação universitária voltada para a adequação as ‘demandas flexíveis do mercado’, estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados a submissão dos profissionais as ‘normas do mercado’” (IAMAMOTO, 2008, p. 441).

atividades semelhantes em seus estados; a 2ª edição do curso de especialização à distância sob o título “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais”, realizado pela gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011), dando continuidade ao trabalho acumulado de gestões anteriores; os seminários nacionais organizados pelo CFESS para discutir a atuação profissional em campos específicos de intervenção, a exemplo do seminário sobre o trabalho de assistentes sociais na Política de Assistência Social, na Saúde, na Previdência Social, na Educação e no Campo Sociojurídico; a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), as diversas publicações que constituem Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS formas de socialização das informações, debates sobre trabalho profissional, temas polêmicos e deliberações do Conjunto CFESS-CRESS, a exemplo da Revista Inscrita, dos Anais dos Encontros Nacionais CFESS-CRESS, dos Anais dos seminários nacionais realizados, a publicação de diversos CFESS Manifesta. No âmbito da atuação dos CRESS, destacam-se: as atividades comemorativas do dia do/a assistente social; cursos em aliança com Unidades de Formação Acadêmicas; produção de revistas, periódicos e coletâneas jurídicas; realização de seminários, as ações de orientação realizadas pelas Comissões de Orientação e Fiscalização (COFI) e, ainda, a multiplicação do Projeto Ética em Movimento.”

O segundo é sobre mercantilização generalizada e expansão dos cursos de Serviço Social. O documento do CFESS (2012) aponta o aumento dos cursos de Serviço Social no Brasil ao longo dos anos,

[...] em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, havia 89 cursos de Serviço Social no Brasil. Em 2001 – final de seu mandato - esse número chega a 111 cursos. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, no período de 2002 a 2010, esse número subiu vertiginosamente. Em 2005, alcançou 174 cursos; em 2006, já existiam 206 cursos; em 2007, esse número chegou a 253 cursos; atingindo 306 em 2008; 345 em 2009 e 567 cursos aprovados em agosto de 2012. (CFESS, 2012, p. 23)

Atualmente, segundo os dados do e-MEC de 2017³⁷, existem aproximadamente 829 (oitocentos e vinte e nove) cursos de Serviço Social em atividade no Brasil, na modalidade de ensino presencial e a distância. Vale destacar que, as instituições que oferecem ensino a distância apresentam um número muito maior de concessão de vagas, de acordo com o portal, essa modalidade chega a ofertar cerca de 134.034 mil vagas aproximadamente. No Nordeste brasileiro existem cerca de 273 (duzentos e setenta e três) cursos de Serviço Social. Na Bahia, existem aproximadamente 59 (cinquenta e nove) cursos de Serviço Social em atividade, 36 (trinta e seis) são cursos presenciais e 23 (vinte e um) cursos com ensino à distância. Na cidade de Salvador existem 37 (trinta e sete) cursos de Serviço Social, na modalidade presencial são ofertados 18 (dezoito) cursos, sendo apenas um em instituição pública e 19 (dezenove) cursos com a modalidade de ensino a distância. Vale ressaltar que, existem instituições que oferecem o curso nas duas modalidades.

Esse crescimento dos cursos no ensino superior, principalmente na modalidade de ensino à distância, muitas vezes de forma aligeirada, ocasiona uma série de consequências para o trabalho profissional. Primeiro porque a intensão dessa expansão da educação vem por um viés de ampliar as taxas de acumulação das empresas educacionais e não com uma perspectiva de garantir uma qualidade na formação; segundo porque essa forma de ensino não consegue garantir o que preconiza um dos importantes princípios das diretrizes curriculares, que é o tripé da formação ensino, pesquisa e extensão (PEREIRA, 2007).

³⁷ Consultado em Junho de 2017 e de acordo com OLIVEIRA, Taís Ana de. Os Impactos da Expansão do Ensino Superior para os docentes dos Cursos Privados Presenciais de Serviço Social em Salvador (BA). 73 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Universidade Federal da Bahia, 2017.

Com isso, existe uma preocupação das entidades representativas do Serviço Social e dos movimentos sociais sobre esse processo de precarização da educação, em específico, a educação superior no Brasil. Para além das mobilizações³⁸ de enfrentamento realizadas pela ABEPSS, pelo conjunto CFESS-CRESS e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, a Política de Educação Permanente é mais uma conquista da categoria para pensar o trabalho profissional como um processo contínuo de conhecimento, a partir de uma reflexão crítica, qualificada, buscando consolidar o projeto ético-político e com isso, potencializar os serviços prestados aos usuários³⁹.

É válido destacar que, a proposta da Política de Educação Permanente abrange a reflexão sobre realidade do trabalho profissional, ressaltando a necessidade do/da profissional identificar a questão social, investigar as particularidades das demandas, e, a partir disso, desenvolver ações que respondam as necessidades dos usuários. Vale também destacar a necessidade de evitar a imediatividade, a fragmentação e o conservadorismo histórico da profissão na ação interventiva, pois, a realidade é dinâmica e complexa e para intervir na questão social e nas suas múltiplas expressões, é necessário estudar, pesquisar, repensar criticamente o trabalho profissional para que a prática profissional não negue sua dimensão política e social e nem esqueça das suas atribuições e suas competências requisitadas.

Assim, a educação⁴⁰ permanente vem com uma perspectiva de “[...], retroalimentar e qualificar a formação e o exercício profissional na atualidade [...]”. (IAMAMOTO, 2007 *apud* CFESS, 2012, p. 37), ou seja, que as exigências e desafios que são postos para os profissionais no cotidiano dos diversos espaços sócio-ocupacionais, principalmente na política educacional, sejam refletidos e

³⁸ “[...] a formulação mais recente acerca do Estágio Supervisionado (resolução 533/2008 e Política Nacional de Estágio - PNE), a abertura de curso presencial da UNITINS e seu respectivo fechamento do curso na modalidade à distância, a criação de cursos públicos de Serviço Social desvinculados do REUNI, a realização do curso de especialização “Serviço Social: direitos e competências profissionais” e a realização, em todo o território nacional, do projeto “ABEPSS Itinerante”, que discute o vigor das Diretrizes Curriculares de 1996 para os cursos de Serviço Social.” (CFESS, 2012, p. 27)

³⁹ De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, em um dos seus princípios fundamentais, o profissional deve ter “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p. 24)

⁴⁰ “[...] a educação não deve servir aos interesses do mercado, mas ao atendimento das necessidades humanas, na medida em que pode contribuir, no âmbito da disputa hegemônica, com a superação da lógica desumanizadora do capital, que se fundamenta na desigualdade, na exploração, no individualismo, no lucro e na competição.” (CFESS, 2012, p. 10)

respondidos/superados de forma crítica, buscando estratégias e formas de resistências em relação às contradições da lógica do capital e, principalmente, fortalecer o projeto ético-político, na perspectiva de abranger as formas de intervenção, buscando garantir direitos e práticas emancipatórias.

3 O CURSO DE FORMAÇÃO PARA ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SALVADOR-BA

O presente capítulo apresenta uma sistematização do projeto de extensão intitulado Curso de Formação para Assistentes Sociais que atuam na Política de Educação em Salvador. Para tanto, considerando que o curso foi ofertado, especificamente, para profissional da área da educação, iremos trazer alguns elementos históricos e conceituais acerca da inserção dos assistentes sociais na Política de Educação no Brasil e em Salvador. Será abordada, ainda, a caracterização do curso, tomando como eixos principais o perfil dos cursistas e a contribuição do curso para a discussão acerca da inserção de assistentes sociais na educação básica pública.

3.1 A INSERÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: Breve análise

Nesse tópico iremos fazer uma breve discussão sobre a inserção dos/as assistentes sociais na política de educação no Brasil, contextualizando as particularidades do seu trabalho e suas ações profissionais nessa política pública. Tendo como principais referências bibliográficas os documentos publicados pelo CFESS: 1] Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação e, 2] Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. A discussão sobre a inserção dos/das assistentes sociais na política de educação em Salvador pauta-se nas particularidades do trabalho dos/as assistentes sociais na educação básica, na educação tecnológica e profissional e na educação superior. As principais fontes para essa discussão foram os relatórios de pesquisas realizadas pela Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz.

A Política educacional brasileira passou por avanços e recuos, até sua configuração atual. Ao longo dos anos, a educação passou a ser interesse do capital em prol da expansão dos seus lucros. Com isso, a luta da classe trabalhadora, dos movimentos sociais no campo educacional, em busca de acesso e de uma educação pública de qualidade se intencionam, exigindo do Estado⁴¹ formulação de políticas

⁴¹ “A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, em seu artigo 4º afirma que a responsabilidade do Estado com a educação escolar pública será efetivada mediante a garantia da gratuidade da educação apenas na educação infantil e no ensino fundamental. A referência à

públicas voltadas ao acesso e em defesa da universalização da educação pública e de qualidade.

Portanto, entendendo a necessidade do acesso, da permanência, da viabilização dos direitos a educação escolarizada e da luta pela ampliação das políticas públicas voltadas para a área educacional, a inserção dos/as assistentes sociais na política de educação torna-se necessária, principalmente pela possibilidade de atuar na análise crítica das diversas expressões da questão social no espaço educacional. Explicar a importância do profissional de Serviço Social na educação é refletir sua atuação nesse campo, relacionar os objetivos da sua atuação com princípios, competências e atribuições profissionais que envolve os seus usuários desde o início da vida, na família, na política e na escola.

Entretanto, falar sobre Serviço Social e a educação, nos remete a contextualizar sobre essa ligação que desde a origem dos processos sócio históricos constitutivos da profissão e do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, já era algo pertinente sua presença na área educacional, conforme afirma o CFESS (2017a),

[...] a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise. (CFESS, 2017a, p.15)

No entanto, foi a partir da década de 1990, com os avanços da profissão, principalmente, pela maturidade do projeto ético-político profissional, que se tornou visível uma inserção bem mais avançada do Serviço Social na área da educação, sobretudo pelo aumento do número de produções nos congressos, encontros e seminários no final da década de 90. De tal modo, pensar o Serviço Social e Educação é necessário compreender as requisições que são postas a esses profissionais, ainda “diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital.” (CFESS, 2011, p. 25). De acordo com o documento do CFESS, os fenômenos que incidem sobre as requisições de atuação do assistente social na educação, são:

universalização do acesso é feita apenas em relação ao ensino médio, enquanto que o acesso aos níveis superiores de educação se fará segundo a capacidade de cada um/a.” (CFESS, 2011, p. 50)

- Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais; - O processo de descentralização da educação básica e a maior autonomia da esfera municipal no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação escolarizada; - A ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil; - A expansão do setor privado de educação e a demanda por ações de assistência estudantil e de trabalho comunitário como forma de justificar a isenção de impostos; - A aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à educação superior pública; - A afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do Poder Judiciário e do Executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito; - A organização de programas de qualificação e de conclusão da educação escolarizada de jovens com forte caráter compensatório; - A expansão dual da rede de educação infantil (pública e comunitária) com recursos públicos e as requisições de gerenciamento da desproporcionalidade entre oferta e demanda de vagas; - O aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional; - A disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativo em articulação como o tempo e espaço escolar. (CFESS, 2011, p. 25-26)

Deste modo, a categoria passa a se articular, ganhando destaque as discussões sobre a área da educação, especialmente pelo conjunto CFESS-CRESS, o que ocasionou no desenvolvimento das Comissões Temáticas de Educação nos CRESS e principalmente nos encontros nacionais da categoria.⁴² Todos os encontros realizados pelas entidades representativas da categoria tiveram como objetivo principal aprofundar o debate sobre a importância da inclusão do/a assistente social na educação. Desde suas contribuições para a garantia dos direitos a educação e permanência, como também discussões sobre os projetos de lei e as legislações existentes a respeito do Serviço Social na Educação e até, sobre o mapeamento desses profissionais no Brasil, através de uma ficha de identificação com o objetivo de mapear quais são os eixos/modalidades de educação que os/as assistentes sociais estão inseridos. (CFESS, 2011)

Referente a esse mapeamento, o Grupo de Trabalho (GT) de educação do CFESS, no ano de 2010-2011, encaminhou as fichas e os questionários para os Conselhos Regionais brasileiros, porém o retorno dessa pesquisa foi muito baixo, totalizando 116 (cento e dezesseis) fichas foram devolvidas.

⁴² Para melhor detalhamento dos conteúdos desses encontros nacionais, ver apêndice E.

Como resultados referentes ao nível/modalidades da política educacional, foram identificados assistentes sociais atuando na educação infantil, no ensino fundamental, na educação especial, no ensino médio, na educação de jovens e adultos, na educação profissional e tecnológica, na educação superior e na educação indígena. (CFESS, 2011). Atualmente, não há dados que detalhem a inserção dos/das assistentes sociais na educação por eixo/modalidade, mas o documento do CFESS (2011) aponta que a maioria dos profissionais está inserida no âmbito do ensino fundamental.

Vale destacar que, a pesquisa mostrou que não existe um consenso entre os profissionais sobre a concepção de educação que orienta seu trabalho profissional. Porém, de acordo com o documento do CFESS (2011) fica evidente que, “a tradição teórica, política e profissional no âmbito das políticas sociais contribui para um olhar particular no exame da educação e de seu entrelaçamento com as demais políticas públicas e com os direitos sociais e humanos.” (CFESS, 2011, p. 38). Estabelecendo assim, uma aproximação importante para a construção do espaço educacional e principalmente possibilitando articulações em prol das lutas defendidas pela categoria profissional. Diante disso, é válido apresentar a atual concepção de educação que as entidades representativas do Serviço Social (ABEPSS/CFESS/CRESS/ENESSO) adotada e defendida nas discussões sobre a área. De acordo com o documento, Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação⁴³,

[...] a concepção de educação em tela não se dissocia das estratégias de luta pela ampliação e consolidação dos direitos sociais e humanos, da constituição de uma seguridade social não formal e restrita, mas constitutiva desse amplo processo de formação de autoconsciência que desvela, denuncia e busca superar as desigualdades sociais que fundam a sociedade do capital e que se agudizam de forma violenta na realidade brasileira. A concepção de emancipação que fundamenta esta concepção de educação para ser realizada depende também da garantia do respeito à diversidade humana, da afirmação incondicional dos direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero, sem as quais não se viabiliza uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica. (CFESS, 2017a, p. 22)

⁴³ O Conjunto CFESS-CRESS apresenta o documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, que tem como objetivo contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de socializabilidade humanizadoras. (CFESS, 2017a, p. 07)

Ainda referente a pesquisa realizada pelo GT de educação, o trabalho dos/as assistentes sociais no Brasil está voltado para os seguintes eixos: 1) garantia do acesso da população a educação formal⁴⁴; 2) garantia da permanência da população nas instituições de educação formal⁴⁵; 3) garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; 4) garantia da gestão democrática e participativa na política de educação, e, 5) o Serviço Social como integrante das equipes multidisciplinares e ou interdisciplinares, nesse caso, na grande maioria das equipes são formadas por pedagogos/as e psicólogos/as.

Desse modo, não podemos deixar de falar sobre as expressões da questão social no cotidiano educacional brasileiro, principalmente porque é o objeto de intervenção profissional. De acordo com a pesquisa referida, foram identificadas as seguintes expressões voltadas para o campo dos problemas sociais e educacionais: “[...] drogas; diferentes manifestações da violência; *bullying*; evasão escolar; ‘dificuldades de aprendizagem’; ‘fracasso escolar’; pobreza e falta de acesso aos serviços sociais”. (CFESS, 2011, p. 47). Evidentemente, todas as manifestações da questão social são pertinentes e cada uma tem suas especificidades, mas a pesquisa evidencia que para além dessas expressões existem demandas que não são atribuições do Serviço Social, muitas vezes são demandas de natureza pedagógica ou até mesmo comportamental.

Vale destacar também sobre os Projetos de Lei (PL) que regulamentam a inserção dos/as assistentes sociais na educação básica. Apesar desse elo entre Serviço Social e educação não ser algo recente, a inserção desses profissionais na área da educação não é algo que tenha alcançado grande visibilidade. Nos diversos espaços sócio-ocupacionais, as várias expressões da questão social que emergem, muitas vezes não conseguem ser atendidas pelos/as profissionais de Serviço Social, “que historicamente tem sua inserção reconhecida nesta política pública” (CFESS, 2011, p. 58) Assim, outros profissionais, como por exemplo: diretores/as,

⁴⁴ “[...] na maior parte dos questionários são sinalizadas tanto as ações, programas e projetos institucionais de assistência estudantil com os quais os/as assistentes sociais atuam (transporte, bolsas, acompanhamento de frequência irregular, articulação com os conselhos), quanto a dimensão política e pedagógica deste tipo de atuação, voltada para a ‘mobilização da comunidade escolar’ e dos ‘processos de luta pela garantia ou ampliação do acesso à educação’.” (CFESS, 2011, p. 42)

⁴⁵ “[...] é possível observar que as respostas apontam para procedimentos que se localizam no circuito ‘escola/família/instituições garantidoras de direitos’. Prevaecem ações profissionais em torno da identificação das condições de vulnerabilidade social, da realização de estudos socioeconômicos e da mobilização das instâncias, que visem assegurar a permanência na educação escolarizada por meio de medidas judiciais.” (CFESS, 2011, p. 43)

coordenadores/as, pedagogos/as, dentre outros, acabam intervindo nas demandas, negligenciando e em muitos casos violando os direitos dos usuários/estudantes.

Por isso, as mobilizações dos profissionais de Serviço Social pela aprovação do Projeto de Lei (PL) n. 3.688/2000 que dispõe sobre a inserção do assistente social e do psicólogo no conjunto de profissionais da educação básica, vem sendo debatido entre os órgãos representativos da categoria. O PL foi aprovado em julho de 2013 na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, porém encontra-se parado, podendo passar a ser mais uma ferramenta que amplie os espaços de atuação desse profissional no âmbito da educação básica na esfera pública.

De acordo com pesquisa em andamento (2016-2017) realizada pela professora Adriana Freire Pereira Férriz podemos visualizar o quantitativo dos documentos legais sobre a legislação que regulamenta a inserção dos/as assistentes sociais na Política de Educação no Brasil.

TABELA 3 – LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A INSERÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL⁴⁶

	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
Complemento de Proposta	—	2	1	3
Decreto Federal	1	—	—	1
Lei	2	1	7	10
Lei Complementar	—	—	2	2
Parecer Jurídico	1	—	—	1
Projeto de Lei	3	1	4	8
Projeto de Lei da Câmara	1	—	—	1
Projeto de Lei Ordinária	—	1	—	1
Proposta de Atualização	—	1	—	1
TOTAL	8	6	14	28

FONTE: (FÉRRIZ et al., 2017)

A tabela apresenta 28 (vinte e oito) documentos legais que regulamentam a inserção dos/as assistentes sociais no Brasil, sendo eles fragmentados na esfera municipal com 14 (quatorze), na esfera estadual seis e na esfera federal com oito. Ainda de acordo com Férriz (2017), as regiões Sudeste e Nordeste aparecem com um número maior em relação ao Sul e Centro-Oeste. Outra informação pertinente, diz respeito ao quantitativo de documentos legais na Bahia, sendo um no nível do Estado e quatro no nível municipal. E em Salvador, foram encontrados dois projetos de

⁴⁶ Os dados sistematizados nessa tabela são referentes aos resultados parciais da pesquisa sobre as legislações que regulamentam a inserção dos/as assistentes sociais no Brasil.

indicação do legislativo, com o objetivo de efetivar o trabalho dos/as assistentes sociais na política educacional local, sendo eles: o PL n. 108/2009 e o PL n. 109/2009 do Vereador Antônio Palhinha com objetivo de “criar condições para o efetivo exercício da cidadania nas escolas e que sem dúvida este serviço contribuirá para a inclusão social das nossas crianças e adolescentes”⁴⁷.

A cidade de Salvador, de acordo com Ferriz (2015; 2016)⁴⁸ conta com um quantitativo de aproximadamente trinta instituições de educação que tem o profissional do Serviço Social em seus quadros. Os resultados da pesquisa referente às instituições e aos profissionais que atuam na educação em Salvador evidenciam que, no que se refere ao trabalho do assistente social na educação básica foi constatada uma concentração de profissionais atuando nas escolas confessionais católicas e evangélicas em Salvador, das 17 (dezesete) instituições identificadas apenas duas são públicas, com um profissional em cada instituição. O trabalho do/da assistente social na educação básica em escolas confessionais está em sua grande maioria voltado para a análise socioeconômica para a concessão de bolsas de estudos tomando como referência o que dispõe a Lei da Filantropia (Lei n. 12.101/09) (OLIVEIRA, 2016).

A atuação do profissional do Serviço Social na educação profissional e tecnológica se concentra nos Institutos Federais, a saber, o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal Baiano (IFBAIANO), com um quantitativo de seis profissionais na cidade de Salvador. Nesta área de atuação, o profissional do Serviço Social é requisitado para realizar análise socioeconômica dos estudantes para o acesso e permanência dos mesmos. De acordo com Farias (2017), as profissionais que atuam no IFBA percebem a importância da articulação entre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política que se revela na garantia de direitos dessas profissionais, tanto quando lutam por melhores condições de trabalho (espaço físico e garantia da jornada das 30 horas) quanto na luta pela organização do trabalho para garantir a qualidade do serviço prestado aos usuários, como foi revelado no processo de elaboração da Política de Assistência Estudantil do IFBA.

⁴⁷ BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia. Projeto de Lei n. 109/09. De autoria do Vereador Orlando Palhinha sala das sessões, em 18 maior de 2009.

⁴⁸ Pesquisa realizada pela professora Adriana Freire Pereira Ferriz vinculada ao PIBIC/UFBA (2016-2017).

Já a educação superior foi constatada a atuação de profissionais nas redes privadas e públicas em oito instituições, destas, seis são instituições privadas e duas públicas, vale ressaltar que nas instituições públicas – a UFBA e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Na educação superior foi percebido que o trabalho do Serviço Social para a permanência estudantil, mais especificamente, para as ações definidas no Programa Nacional de Assistência Estudantil no caso da UFBA e a UNEB se baseia no Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST).

Vale ressaltar que as pesquisas recentes coordenadas pela professora Adriana Freire Pereira Férriz sobre o trabalho do assistente social na cidade de Salvador vêm apontado uma ausência de profissionais do Serviço Social na educação básica pública, o que revela um descaso do poder público com a política de educação.

3.2 CARACTERÍSTICAS DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SALVADOR

Nesse tópico iremos caracterizar o projeto de extensão intitulado Curso de Formação Permanente para assistentes sociais que atuam na Política de Educação em Salvador. Esse projeto é oriundo de pesquisas anteriores sobre o trabalho do assistente social na Política de Educação em Salvador, que, foi objeto de investigação em duas edições do Programa de Iniciação à Pesquisa Científica (PIBIC – cotas 2014/2015, 2015/2016).

As referidas pesquisas revelaram uma necessidade de formação permanente dos profissionais que atuam na educação. O projeto de extensão parte da compreensão defendida pelo CFESS de que a “formação profissional é um processo permanente de qualificação e atualização porque exige deciframento cotidiano da realidade social” (CFESS, 2012, p. 19-20). Com isso, o projeto é uma iniciativa importante para os/as assistentes sociais, não só por proporcionar um espaço de formação, mais por incentivar esses indivíduos a analisarem e refletirem as diversas expressões da questão social no seu espaço sócio-ocupacional, e a partir disso, fortalecer cada vez mais seu projeto profissional.

Assim, de acordo com a proposta metodológica do curso, foi realizado um encontro inicial, no dia 18 de agosto de 2016 com a presença de 22 (vinte e dois) assistentes sociais e estudantes, para o levantamento das demandas pelos próprios

participantes. O curso foi pensando com uma perspectiva de construção coletiva, com participação dos cursistas na definição dos temas para as aulas do curso. Vale destacar que, além de profissionais, o curso contou com participação de estudantes de graduação em Serviço Social. De acordo com os dados do projeto de extensão, foram elencados cerca de 48 (quarenta e oito) demandas de formação, separados por cada eixo da educação para a construção do curso, como podemos analisar na tabela abaixo:

TABELA 4 – TEMAS ELENCADOS POR CADA EIXO DA EDUCAÇÃO

PROFISSIONAIS		
ENSINO BÁSICO	ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO	ENSINO SUPERIOR
<ul style="list-style-type: none"> - Projetos e demandas; - O papel do assistente social na educação; - Capacitação de profissionais no âmbito interdisciplinar para atuar no segmento da inclusão social; - Inclusão de pessoas com necessidades especiais; - Educação para a sexualidade e saúde; - Questões ético-político x pedagógico; - Ética; - Exclusão; - Gênero; - Déficit de aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Evasão escolar; - Relações de gênero, etnia e sexualidade; - Educação inclusiva; - Ética profissional; - Análise socioeconômica; - Acompanhamento social: perspectiva de um olhar sensível; - Saúde mental: um passo para a depressão; - Serviço social: educação, direitos, deveres e cidadania; - Relações de conflitos com docentes e outras áreas profissionais; - As diversas expressões da questão social (violência; conflito familiar; drogas); - Permanência do discente na escola; - Dificuldades de garantir visita domiciliar no cenário de violência nos bairros populares de Salvador; - Fortalecimento do vínculo mediante a ação profissional; - Supervisão de estágio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Demandas e respostas do serviço social na educação; - Discussão de gênero; - Projetos com famílias e estudantes; - Subsídios/parâmetros do SS na educação; - Racismo e os impactos na educação; - A atuação do assistente social em equipes interdisciplinares; - Atribuições do assistente social na educação; - Políticas públicas na educação; - Saúde mental; - Residência estudantil; - Ética profissional; - Sigilo profissional; - A inclusão social na Universidade; - Processo de trabalho do Serviço Social na educação; - Categoria, mediação no trabalho do assistente social e o Sistema Educacional no Brasil; - Reforma na Educação; - Remuneração e carga horária.

FONTE: Dados do Projeto de Extensão 2016/2017. Sistematização e elaboração da tabela de autoria própria.

De acordo com a tabela, ficam evidentes os temas, assuntos e lacunas elencadas pelos profissionais. O eixo da educação do ensino superior foi o que mais sugeriu e elencou sugestões para a materialização do curso. A partir disso, todas essas demandas elencadas passaram por uma maturação e seleção, tendo como programação final os seguintes temas: A Política de educação e a inserção dos/as assistentes sociais na educação; Subsídios de atuação/legislação existente e em tramitação; Gênero, sexualidade e educação; Evasão escolar; Assistência estudantil: acesso e permanência; Racismo e educação; Estágio em Serviço Social: legislação, avanços e desafios contemporâneos; Ética/sigilo; Saúde mental e educação e Instrumentalidade: teoria/mediação e Instrumentos: oficina/análise socioeconômica. O curso de formação foi realizado no período de seis meses, janeiro até junho de 2017, totalizando 10 (dez) encontros e tendo carga horária total de 60 horas. A tabela a seguir sistematiza todas essas informações, acrescentando a data das aulas, seguido pelo docente que realizou a discussão do tema proposto e pela quantidade de participantes em cada encontro.

TABELA 5 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO DE FORMAÇÃO

	TEMA	DATA	DOCENTE	Nº DE PESSOAS
1	AULA MAGNA: A Política de educação e a inserção dos/as assistentes sociais na educação	27/01/2017	Profa. Dra. Erlênia Sobral do Vale	60
2	Subsídios de atuação/legislação existente e em tramitação	28/01/2017	Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Ferriz	35
3	Gênero, sexualidade e educação	17/02/2017	Profa. Dra. Maise Caroline Zucco	38
4	Evasão escolar	24/03/2017	Mestre Larisse Miranda de Brito	23
5	Assistência estudantil: acesso e permanência	25/03/2017	Mestre Juliana Marta dos Santos Oliveira	20
6	Racismo e educação	29/04/2017	Prof. Mestre Josevandro Chagas Soares	16
7	Estágio em Serviço Social: legislação, avanços e desafios contemporâneos	26/05/2017	Profa. Dra. Magali da Silva Almeida	25
8	Ética/sigilo	27/05/2017	Profa. Dra. Valéria dos Santos Noronha	27
9	Saúde mental e educação	10/06/2017	Prof. Dr. Marcelo Magalhães Andrade	27

10	Instrumentalidade: teoria/mediação Instrumentos: oficina/análise socioeconômica	08/06/2017	Profa. Adriana Pereira Dra. Freire Férriz	21
----	---	------------	--	----

FONTE: Dados do Projeto de Extensão 2016/2017. Sistematização e elaboração da tabela de autoria própria.

No primeiro encontro, a aula magna foi realizada pela Profa. Dra. Erlênia Sobral do Vale e teve como temática “A Política de educação e a inserção dos/as assistentes sociais na educação”, em um contexto geral. Foi uma aula aberta ao público, contou com a participação de sessenta pessoas, aproximadamente. De conteúdo, a professora abordou a conjuntura política, a educação classista, a expansão da educação, principalmente na modalidade de educação à distância, fazendo uma crítica voltada para a formação aligeirada/massificada que muitas universidades estão realizando, como exemplo disso, ela citou os cursos de extensão/cursos livres, realizados em finais de semanas e que já formam o/a assistente social em sete módulos, com os conteúdos reduzidos. Posteriormente, esses cursos são acessados pelas universidades reconhecidas pelo MEC, como forma de parceira, e conseqüentemente são aprovados. Porém, a professora afirma a luta das entidades representativas do Serviço Social no combate a esse tipo de formação.⁴⁹ Por fim, em uma das suas falas, ela parabeniza os assistentes sociais que estão ocupando aquele espaço formativo, afirmando sua importância.

Estamos de parabéns porque paramos, suspendemos um pouco a cotidianidade alienada para que a gente possa pensar o que é a formação que a gente precisa para atuar como assistente social, do ponto de vista de afirmação daquilo que a gente chama de projeto ético-político, em particular no espaço da educação, que é bem amplo, não é só o Serviço Social que a gente vem lutando para atuar nas escolas, mas é o que está nas universidades, no ensino tecnológico, é o que vem crescendo bastante e exigindo da gente reflexões gerais, mas também específicas⁵⁰.

As aulas propriamente ditas do curso tiveram início no dia 28 de janeiro de 2017, apesar de que a aula de abertura fez parte do curso. A proposta metodológica de condução das aulas foi a seguinte: cada docente ficou responsável de enviar um texto base para os participantes, nesse caso, o texto enviado foi o documento do CFESS Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação e,

⁴⁹ O CFESS lançou a Resolução n. 755, repudiando “a análise e da decisão dos pedidos de inscrição profissional, já protocolizados ou que vierem a ser apresentados perante os Conselhos Regionais de Serviço Social/CRESS, onde existam elementos, indícios ou evidências que disciplinas do curso de Serviço Social foram ofertadas em cursos livres de extensão e os diplomas expedidos por instituições de ensino.” Para melhor visualização, ver anexo 1.

⁵⁰ Fala da professora Erlênia Sobral na Aula Magna de abertura do curso, ministrada no dia 27 de janeiro de 2017.

ao final de cada aula foi entregue uma ficha de avaliação⁵¹ com o objetivo de saber a avaliação de cada participante, os pontos negativos e positivos e principalmente as sugestões.

A segunda aula do curso foi realizada pela Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Ferriz, com o tema os “Subsídios de atuação/legislação existente e em tramitação”. A aula foi voltada apenas para os/as assistentes sociais que se inscreveram no curso, estando presente cerca de 35 (trinta e cinco) pessoas. A professora abordou o conceito ampliado de educação, evidenciando a educação básica, educação profissional e tecnológica, educação inclusiva, educação indígena e educação superior. Falou sobre a inserção dos assistentes sociais na política de educação no Brasil, ratificando que não é algo novo, e sim desde a gênese da profissão e trabalhou ainda algumas legislações importantes sobre a educação, sendo elas: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a Lei da Filantropia n. 12.101/2009; o Decreto n. 5.493, de 18 de Julho de 2005 (PROUNI); o Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; o decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (REUNI); e o Decreto n. 7.790, de 15 de agosto de 2012 (FIES). Por fim, houve um espaço para discussão com os cursistas.

A terceira aula teve como temática Gênero, sexualidade e educação ministrada pela Profa. Dra. Maise Caroline Zucco. Participaram da aula 38 (trinta e oito) cursistas. A referência teórica utilizada e disponibilizada pela professora, foi o texto de Guacira Lopes Louro – Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. A metodologia da aula foi expositiva e buscando interação com os cursistas. A professora trouxe questionamentos a respeito da caracterização do sexo masculino e do sexo feminino, problematizando os estereótipos e os fenótipos que são postos para cada sexo. Abordou, ainda, as nomenclaturas de gênero, trazendo isso para o campo escolar, ressaltando a importância de uma concepção ampliada de gênero e sexualidade.

A quarta aula foi ministrada pela Profa. Mestre Larisse Miranda de Brito com o tema Evasão escolar e educação. O texto básico utilizado para essa discussão foi a dissertação de mestrado intitulada A evasão nos bacharelados interdisciplinares da UFBA: um estudo de caso – Jeilson Barreto Andrade. A professora trouxe discussões

⁵¹ Ver apêndice F.

sobre a modernidade e a pós-modernidade, o processo de escolarização no século XX e o processo de evasão durante o período de democratização dos espaços educacionais. Abordou também a sociedade globalizada/informatizada e como ela dialoga com os processos de evasão escolar, enfatizando que nem sempre a educação teve acesso livre para todos os sujeitos em sociedade e que a modernidade é um marco determinante para a democratização em todos os níveis de ensino, desde o básico até o superior. A aula foi expositiva e com bastante troca de experiência com os 23 (vinte e três) participantes.

A quinta aula teve como tema Assistência estudantil: acesso e permanência e foi ministrada pela assistente social e Mestre Juliana Marta dos Santos Oliveira, estando presente cerca de 20 (vinte) cursistas. O debate foi em torno das ações afirmativas no que diz respeito ao acesso, principalmente dos estudantes negros ao ensino superior, com ênfase maior na permanência. Discutiu sobre cotas, trazendo como exemplo a Universidade Federal da Bahia, seu campo de atuação. Abordou sobre a análise socioeconômica, das dificuldades do acompanhamento estudantil, por conta da pouca quantidade de profissionais em relação ao universo de estudantes. O referencial teórico para esse encontro foi o texto Políticas públicas de acesso e permanência da população negra no ensino superior: um debate em curso, dos autores Dyane Brito Reis e Robinson Moreira Tenório.

A sexta aula, Racismo e Educação foi ministrada pelo Prof. Mestre Josevandro Chagas Soares. O texto indicado para discussão foi Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade – Nilma Lino Gomes. O encontro foi muito rico, no sentido de discutir os padrões da etnia, da raça, de gênero. O professor reforçou a ideia de que o tema racismo e educação é um tema pertinente, e deve ser discutido em todos os espaços da sociedade e em particular nas escolas, sendo um dos espaços necessários para discutir as diferenças raciais, principalmente por ser um espaço de formação. Fomentar essas discussões é muito válido, no sentido de pensarmos em estratégias de enfrentamento do racismo nas instituições educacionais. O professor em suas considerações finais, reforça que tanto o homem quanto a mulher devem ser vistos na sua totalidade e não como fragmentos, assim vale para as várias dimensões, a raça, a ética, a estética, política. A aula contou com a participação de 16 (dezesesseis) cursistas.

A sétima aula foi sobre Estágio em Serviço Social: legislação, avanços e desafios contemporâneos com a Profa. Dra. Magali da Silva Almeida. A aula foi

expositiva, aberta para debates, com abordagem dinâmica, interativa, e reflexiva sobre a importância da supervisão de estágio, particularmente dos procedimentos/instrumentos de intervenção profissional e documentação técnica como afirmadores e legitimadores do exercício profissional. Contou com a presença de 25 (vinte e cinco) cursistas. Em relação às legislações, segundo a professora, as mais importantes para entender o processo de estágio são: a Lei n. 8.662; o Código de Ética de 1993; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996; as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (1996); a Lei de Estágio n. 11.788/2008 e a Resolução do CFESS n. 533/2008. A aula teve como principal discussão a necessidade de garantir uma formação profissional pautada no rompimento com o pensamento conservador e buscando a efetivação da competência profissional qualificada. Trouxe reflexões sobre a dimensão do estágio supervisionado e suas implicações. Como texto base, foi sugerido a Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional de Alzira Lewgoy.

A oitava aula do curso abordou o tema da Ética/sigilo profissional, ministrada pela Profa. Dra. Valéria dos Santos Noronha. De forma dinâmica, a aula utilizou como estratégia para a discussão uma roda de conversa, e contou com a participação de 27 (vinte e sete) cursistas. As discussões e reflexões foram voltadas para pensar a ética para além do trabalho profissional, afirmando que não existe uma separação da ética pessoal para a ética profissional. Através da reflexão e problematização sobre a ética profissional e sua aplicação no cotidiano da prática que se tem a compreensão dos limites e possibilidades contidos no espaço sócio-ocupacional. Como referência teórica, foi indicado o texto de Considerações e atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade – Maurilio Castro de Matos.

A penúltima aula do curso tratou sobre a temática, Saúde mental e educação ministrada pelo Prof. Dr. Marcelo Magalhães Andrade que iniciou a discussão falando sobre a importância da intersetorialidade e da integralidade no atendimento ao seu usuário, reforçando a importância de não individualizar os usuários com transtornos mentais sem conhecer o contexto do qual está inserido, seja familiar, escolar e/ou sistêmico. O contexto social, político, econômico e cultural reflete diretamente nos níveis de saúde da população e a falta de mecanismos do Estado no combate ao agravamento contribuem para o adoecimento. O professor afirma que a atuação do assistente social e do psicólogo na saúde mental devem buscar o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, da participação popular e como consequência, a melhoria

das condições de vida. O texto disponibilizado foi Atuação do Serviço Social na Saúde mental: entre os desafios e perspectivas de uma política intersetorial, integral e resolutiva – Suleima Gomes Bredow e Gloria Maria Dravanz. Estavam presentes na aula 27 (vinte e sete) cursistas.

A última aula do curso de formação, ministrada pela professora Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz com o tema: Instrumentalidade: teoria/mediação e Instrumentos: oficina/análise socioeconômica. Com a participação de 21 (vinte e uma) cursistas, a aula tratou das três dimensões que convergem o trabalho do assistente social numa perspectiva de totalidade, sendo elas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Abordou também os componentes da dimensão técnico-operativa da profissão, tratando as ações profissionais, os procedimentos e instrumentos e técnicas utilizadas no exercício profissional. As diversas intervenções sejam no âmbito individual ou coletivo são parte do processo de trabalho do assistente social diante das diversas exigências colocadas no espaço sócio-ocupacional. O texto base para essa discussão foi de Rosa Lucia Predes Trindade – Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais.

O processo de avaliações de todas as aulas mencionadas, de um modo geral, foi positivo. Os participantes avaliaram o desempenho do professor, do conteúdo, a forma como a aula foi conduzida, as trocas de conteúdo, o diálogo, etc. Referente aos aspectos positivos, os cursistas avaliaram da seguinte forma:

Avalio muito boa a aula, com o tema muito pertinente ao momento que o país se encontra. A forma de trazer este tema abriu o debate. Esse professor trouxe o tema para o diálogo, citou autores conceituados e citações pertinentes. (FICHA DE AVALIAÇÃO DA AULA 6)

Já referente aos aspectos negativos, a questão mais mencionada como forma negativa foi sobre o tempo limitado das aulas, do curso,

O pouco tempo, que não deu pra explorar todo conteúdo previsto. Pouco tempo de curso. (FICHA DE AVALIAÇÃO DA AULA 4)

O tempo, o melhor a aula acabou ficando um pouco apertada em comparação ao volume envolvendo o tema. (FICHA DE AVALIAÇÃO DA AULA 3)

Diante de toda essa explanação dos principais eixos de discussões/reflexão durante seis meses do curso de formação e conforme as avaliações positivas e negativas dos cursistas ficou evidente a riqueza desse espaço formativo e,

principalmente, o interesse dos profissionais de Serviço Social que atuam na política de educação na construção e participação de espaços formativos. Como proposta metodológica, ao final do último dia de aula, foi entregue um questionário de avaliação do curso de formação⁵² com o intuito de saber a contribuição do curso para sua formação e de que forma o curso contribuiu para a atuação como assistente social na política de educação.

De acordo com os questionários⁵³, o curso contribuiu principalmente,

*Através da abordagem de diferentes estratégias e procedimentos interventivos da articulação de indagações, a abertura de caminhos para repensar a minha atuação profissional frente às demandas que mede no cotidiano da unidade escolar, em que desenvolvo o meu trabalho. O curso de formação contribuiu, portanto, através das temáticas emergentes na área da Educação, pela **troca de experiências**, oportunizando o melhor **deciframento da realidade educacional** e oferecendo valiosos **subsídios para a minha prática profissional em busca da construção e afirmação da minha identidade sobre as bases de um projeto social**. (QUESTIONÁRIO 1) (negritos da autora)*

O curso foi avaliado pela cursista acima como um espaço de troca de experiências e que possibilitou um reforço da forma de conhecer a realidade profissional e no sentido de afirmação da identidade profissional. O documento do CFESS (2012) reforça essa ideia da formação permanente como forma de conhecer as expressões da questão social, principalmente porque,

[...] torna-se estratégica no plano da qualificação continuada dos/as profissionais, num contexto que exige cotidianamente do Serviço Social a capacidade para desvelar, processar e intervir numa realidade socioinstitucional complexa, permeada por profundas transformações societárias no mundo do trabalho, que se materializam de forma difusa e imediata nas diversas expressões da questão social, objeto da ação profissional. (CFESS, 2012, p. 17-18)

Ainda de acordo com os questionários, os cursistas reforçam a importância do espaço e sua manutenção, principalmente por afirmar o compromisso com o aprimoramento profissional, conforme as falas a seguir,

*Eu sempre gostei de participar desses espaços de educação, tanto que eu faço parte da comissão de educação no CRESS, o que contribuiu bastante para minha atuação. **O curso me permitiu olhar mais ainda para meu campo de trabalho e puder analisar de forma mais crítica as contradições postas das quais eu vivencio diariamente**. Participar desses espaços é importante pela troca de experiências, é super proveitoso. Esse curso foi uma experiência riquíssima, e percebemos que muita gente queria continuar com esse grupo. (QUESTIONÁRIO 2) (negritos da autora)*

⁵² Apêndice G.

⁵³ Além dos questionários foram inseridas algumas falas dos cursistas que foram gravadas no momento da avaliação, com prévia autorização dos cursistas.

O curso possibilitou um repensar da minha atuação, até porque, eu não tenho e não tive nenhuma base. A vivência na instituição tem sido construída a cada dia, principalmente por não existe a regulamentação do profissional nas escolas municipais e estaduais. Me permitiu também interagir com as práticas, outra realidade das outras áreas, dentro da área da educação. O curso foi bastante proveitoso, enriquecedor, as temáticas que foram desenvolvidas são pertinentes e de interesse para o profissional que atua na área de educação. E eu espero que a gente possa continuar construindo esses espaços formativos. (QUESTIONÁRIO 3) (negritos da autora)

De acordo com as descrições acima, reforça-se a ideia de que o curso foi proveitoso no sentido de ampliar o olhar sobre o próprio trabalho profissional e que permitiu reforçar a dimensão crítica para melhor se debruçar sobre as múltiplas expressões da questão social presentes na realidade social.

Eu queria agradecer a oportunidade de ter participado de espaços como esse, principalmente para quem atua na educação. Esses espaços são restritos. Foi importante por ter motivado e proporcionado aumentar as relações dentro da categoria, conhecer as demandas e o trabalho das demais colegas na realidade educacional. Espaços como esse conseguem agregar profissionais de várias áreas da educação. Saliento a necessidade da manutenção desses espaços, até para outras pessoas poderem participar, aprender e partilhar as experiências, principalmente, na construção de luta da categoria. (QUESTIONÁRIO 4)

Diante disso, fica evidente a necessidade e importância de construção de espaços de formação, principalmente por proporcionar troca de saberes, olhares, experiências, e de muitas provocações que levam à reflexão e o repensar do trabalho profissional.

3.2.1 O Perfil Profissional dos/as Assistentes Sociais que atuam Política de Educação em Salvador

Nesse subtópico será apresentado o perfil dos profissionais de Serviço Social que participaram do Curso de Formação Permanente para assistentes sociais que atuam na Política de Educação em Salvador. Para tanto, foi utilizado com instrumento de coleta de dados um questionário⁵⁴, com 27 (vinte e sete) perguntas, abertas e fechadas, com o intuito de conhecer o perfil dos/as profissionais, alguns aspectos do trabalho desses profissionais: carga horária de trabalho, salário, vínculo empregatício e formação, dentre outros. Usando como referência principal o Documento do CFESS intitulado Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional.

⁵⁴ Para melhor visualização do questionário, ver apêndice H.

O questionário foi respondido pelos cursistas (apenas os profissionais que atuam na educação) no terceiro encontro (no mês de março). Foram entregues 23 (vinte e três) questionários para os/as profissionais, porém apenas 12 (doze) foram respondidos completamente. Após o recebimento dos questionários, os dados foram organizados, tabulados e sistematizados, conforme podemos analisar a seguir.

De acordo com o documento do CFESS (2005) “os indicadores do perfil geral da/o assistente social são: sexo, idade, religião, pertença étnico-racial, orientação sexual, situação conjugal e número de filhos.” (CFESS, 2005, p. 18). A sistematização das informações do questionário aponta que os 12 (doze) os questionários analisados foram respondidos por mulheres, o que reforça a tendência histórica da profissão, a categoria das/os assistentes sociais é predominantemente feminina. Vale ressaltar que no curso de formação contamos com a presença de apenas dois homens.

Referente à idade, o questionário mostrou que a maioria das assistentes sociais participantes do curso tem idade acima dos 35 anos (58,3%) seguida de um percentual menor com idade inferior a esta idade (41,7%). No tocante à orientação religiosa, a maioria dos cursistas que respondeu ao questionário (41,7%) se declarou de religião católica, 25% declarou ser de matriz africana, 16,7% é espírita kardescista. Em menores percentuais de respostas temos, os evangélicos com 8,3% e as pessoas que alegaram crer em Deus, com 8,3%.

Sobre à pertença étnico-racial, a maioria das profissionais se declarou como preta, cerca de 66,7%, seguido de 16,7% se auto declara parda, 8,3% se auto declara branca e 8,3% se auto declara indígena. Observa-se então, que a grande maioria das profissionais se declarou como preta e parda, cerca de 83,4% no total. Os dados da pesquisa do CFESS (2005), apontam um resultado inverso, de acordo com o documento, “a maioria das (os) profissionais se identificou como branca (72,14%); em seguida aparecem as (os) pretas (os) /negras (os) (20,32). Contudo, apareceram mais 10 variáveis de autodeclaração étnico-racial.” (CFESS, 2005, p. 21)

Referente à orientação sexual, as assistentes sociais se declararam heterossexuais. E em relação a situação conjugal, os resultados variam entre 41,7% declarou solteira, 41,7% é casada e em menor porcentagem, com 16,7% vive em união estável. A maioria das assistentes sociais possui filhos, cerca de 66,7% e 33,3% não possui filhos.

Partindo para os aspectos do trabalho profissional, questionadas sobre a quantidade de vínculos empregatícios na área do Serviço Social, 83,3% alegou ter

apenas um vinculo empregatício, 8,3% alegou ter dois vinculos empregatício e 8,3% declarou ausência de vinculo empregatício, indicando a não inserção no mercado de trabalho na área do Serviço Social. No que concerne à natureza da instituição do principal vinculo empregatício, 36,4% alegou ser pública federal, confirmando também a tendencia histórica da profissão, seguido por 27,3% ser terceiro setor⁵⁵, 18,2% informou trabalhar em instituições privadas, 9,1% pública estadual e 9,1% público municipal.

Referente ao tipo do principal vinculo empregatício, 54,5% declarou trabalhar no regime estatutário, 18,2% trabalha com o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT - contrato por tempo inderterminado), 18,2% é terceirizado e 9,1% trabalha sem nenhum tipo de contrato.

Questionadas sobre à carga horaria de trabalho no principal vínculo empregatício, 45,5% alegaram trabalhar 30h, cumprindo o que preconiza a Lei n. 12.317, de 27 de agosto de 2010, que estabeleceu a jornada de trabalho de 30 horas semanais para assistente social, sem redução salarial (BRASIL, 2017)⁵⁶. Já 45,5% alegaram trabalhar 40h semanais, desrespeitando a legislação especifica da categoria e 9,1% alegaram trabalhar 20h.

No que se refere à renda mensal, medida em número de salários mínimos, observamos uma maior concentração nas seguintes faixas de renda, 41,7% tem entre 7 a 9 salarios minimos, 25% até 3 salários mínimos, 16,7% entre 4 a 6 salários mínimos, 8,3% mais de nove salários mínimos e 8,3% atualmente está sem renda.

Concernente à formação profissional das assistentes sociais, observou-se que, 50% alegou ter concludo a graduação a partir dos anos 2000, 41,7% no ano 2000 e 8,3% alegou ter concludo a graduação na década de 1990. Quanto às instituições onde as assistentes sociais se graduaram, o maior quantitativo (66,7%) realizou sua graduação na Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 16,6% no Centro Universitário Estácio de Sá e 16,6% na Unime Salvador. Vale ressaltar que até o ano de 2001 o curso de Serviço Social da UCSAL era o único curso do estado da Bahia e que a partir deste ano se observa uma crescente expansão dos cursos de

⁵⁵ Entidades filantrópicas, Organizações Não-Governamentais – ONGs, Associações, Cooperativas, dentre outras

⁵⁶ BRASIL. Lei nº 12.317, de 27 de agosto de 2010, que estabeleceu a jornada de trabalho de 30 horas semanais para assistentes sociais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm. Acesso em 16 de julho de 2017.

Serviço Social na Bahia, seguindo a tendência nacional de expansão do ensino superior.

Referente à modalidade de ensino da instituição que realizou a graduação, todas concluíram o curso de Serviço Social na modalidade presencial. De acordo com a sistematização dos dados, referente à atual formação das assistentes sociais, 75% é especialista, 16,7% mestre e 8,3% possui apenas a graduação.

Quando questionadas sobre os meios de atualização que fomentam o seu trabalho profissional, 66,7% selecionou livros e revistas da área, 66,7% selecionou participação em eventos, em unanimidade a opção participação em cursos foi selecionada, 25% selecionaram participação em grupos de estudo, 50% marcou atividades e informativo do CRESS, 66,7% selecionou atualização via internet.

No que tange à condição de aperfeiçoamento profissional e se o seu principal vínculo empregatício fornece condições de aperfeiçoamento profissional, 72,7% respondeu que não e 27,3% respondeu que sim. E, de acordo com os questionários, as formas de aperfeiçoamento profissional oferecidas pelo principal vínculo empregatício, são: cursos de extensão; pós-graduação; participação em cursos; eventos e especialização.

Questionadas se houve mudança no número de assistentes sociais no espaço socio-ocupacional depois da sua inserção, 54,5% falou que o quadro profissional permaneceu igual, 36,4% alegou ter aumentado e 9,1% alegou ter diminuído. Com relação à mudança no volume de demandas postas pelos usuários e pela instituição ao Serviço Social, observa-se que, 90,9% alegou que sim, houve aumento no número de demandas e 9,1% disse que permaneceu igual. Neste sentido, entende-se que há uma tendência de precarização e intensificação do trabalho do assistente social na educação, pois se aumenta a demanda para os assistentes sociais e o número de profissionais não acompanha o mesmo ritmo de crescimento das demandas.

Em relação à equipe de trabalho 90,9% afirmou fazer parte de equipe multidisciplinar e/ou interdisciplinar e 9,1% declaram não fazer parte. De acordo com CFESS (2011),

Em consonância com o nosso projeto ético político devemos sempre tomar como meta, na condução das ações profissionais, a articulação com os/as demais profissionais que atuam no âmbito das políticas sociais. As reflexões sobre os princípios e diretrizes que devem orientar o trabalho do/a assistente social não podem deixar de considerar dois elementos importantes para o fortalecimento da profissão e de sua inscrição nas lutas sociais em defesa das políticas sociais: as suas atribuições e competências e a construção de processos de trabalho interdisciplinares. (CFESS, 2011, p. 55)

E, por fim, referente à participação em atividades políticas, 75% afirmou que não participa de atividade política e 25% participa.

Assim, o perfil profissional da maioria dos participantes do curso de extensão é o seguinte: mulher, com idade entre 35 a 59 anos, predominantemente católica, que se auto declara preta, heterossexual e com filhos. Referente as relações de trabalho das assistentes sociais, fica evidente as seguintes tendências: prevalece o estabelecimento de um vínculo empregatício, confirma a tendência histórica de inserção do Serviço Social em instituições de natureza pública federal. O principal tipo de vínculo empregatício das assistentes sociais é o estatutário. Em relação a carga horária de trabalho, fica evidente que as assistentes sociais trabalham entre 40h e 30h semanais. Nota-se que a implementação das 30 (trinta) horas reflete não apenas a garantia de boas condições de trabalho para o profissional dessa área, mas, sobretudo, configura-se como uma conquista de toda uma classe trabalhadora que luta por seu direito ao trabalho desempenhado e prestado com qualidade.

Quanto à formação profissional, a maioria das/os profissionais concluiu a graduação na Universidade Católica do Salvador, na modalidade de ensino presencial. E, a maioria das assistentes sociais é especialista na área. Em relação à participação em atividade política é possível perceber que as profissionais ainda não fazem intervenções tão significativas nos processos políticos.

3.2.2 A contribuição do curso de formação para a luta pela inserção do profissional do Serviço Social na Educação Básica Pública de Salvador

Nesse tópico, serão apresentadas as contribuições do curso de formação para a luta da categoria pela sua inserção na educação básica pública na cidade de Salvador.

Antes de analisar a contribuição do curso para a inserção do assistente social na educação básica pública em Salvador considera-se relevante apresentar o quadro das escolas públicas em Salvador. De acordo com o portal da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal, a cidade de Salvador, atualmente, possui cerca de 436 (quatrocentos e trinta e seis) escolas públicas municipais (incluindo as escolas de educação infantil/creches), agrupadas por regiões, como podemos analisar na tabela a seguir:

TABELA 6 – QUANTIDADE DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM SALVADOR

REGIÃO	QUANTIDADE
Centro	44
Cidade baixa	29
São Caetano	40
Liberdade	27
Orla	40
Itapuã	56
Cabula	48
Pirajá	35
Subúrbio I	39
Cajazeiras	34
Subúrbio II	34
TOTAL	436

FONTE: Portal da Educação - prefeitura municipal de Salvador.

Na região do Centro existem 44 (quarenta e quatro) escolas; na Cidade Baixa 29 (vinte e nove) escolas; em São Caetano cerca de quarenta escolas; na região da Liberdade 27 (vinte e sete) escolas; na Orla quarenta escolas; na região de Itapuã 56 (cinquenta e seis) escolas, sendo a região em maior número; em Pirajá 35 (trinta e cinco) escolas; no Subúrbio I 39 (trinta e nove) escolas; em Cajazeiras 34 (trinta e quatro) escolas e no Subúrbio II 34 (trinta e quatro) escolas também. Além disso, de acordo com o portal da educação do estado da Bahia, atualmente existem 236 (duzentos e trinta e seis) escolas estaduais em Salvador espalhadas pelos diversos bairros. Dessa forma, o quantitativo de escolas municipais que compõe a rede de educação básica pública da cidade de Salvador é de 672 (seiscentos e setenta e duas) escolas. Como dito anteriormente, foram identificados apenas dois assistentes sociais atuando em escolas públicas na cidade de Salvador.

Contraditoriamente, no ano de 2015, a Prefeitura Municipal de Salvador lançou o programa intitulado Agente da Educação com o intuito de aproximar a escola, família e comunidade, através “do desenvolvimento de ações que possibilitam a participação dos familiares no ambiente escolar e o seu envolvimento na rotina estudantil, auxiliando-os no acompanhamento e apoio ao aprendizado dos alunos”. Tal programa é direcionado para estudantes do curso noturno de pedagogia, com bolsa R\$ 920,00 (novecentos e vinte) reais. De acordo com o site da prefeitura, o Agente da Educação é definido como: “aquele que sabe escutar e acolher os diferentes olhares, dúvidas e desejos dos alunos e seus familiares, ao tempo em que ajuda a equipe escolar [...]” (SALVADOR, 2017, p. 01).

Porém, a proposta de ações nas escolas municipais públicas de Salvador desenvolvidas pelos agentes da educação, ainda em processo formativo, se aproxima muito com as atribuições e competências dos assistentes sociais e psicólogos nas escolas.

O CRESS-BA 5º região emitiu uma nota, em 2015, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia direcionada ao Executivo e ao Legislativo repudiando a implantação do Programa Agente de Educação e solicitando uma audiência, para discutir sobre o programa e fortalecer as lutas pela democratização do ensino, através dos serviços socioassistenciais. De acordo com a nota,

[...] esse trabalho deveria ser desenvolvido por profissionais. Ter estagiário pressupõe uma consequência da atuação de um supervisor. A vida privada das famílias e a articulação entre as políticas sociais que elas são inseridas necessitam de profissional formado e com competências para fazê-lo. Observa-se que em muitas funções do Agente de Educação realizado por estudantes de Pedagogia, há atribuições dos profissionais de Serviço Social que atuam na Educação, conforme versa a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão (CRESS/CRP, 2015, p. 01).

Assim, diante da quase inexistência de profissionais do Serviço Social na educação básica pública e considerando a urgência da inserção dos assistentes sociais na área, o curso de formação para assistentes sociais que atuam na política de educação em Salvador desenvolveu uma atividade de campo, como parte da exigência para a finalização do curso, a saber, realização de uma visita em uma escola pública municipal ou estadual localizada na cidade de Salvador para observação das expressões da questão social existentes na escola que demandariam a inserção de um profissional do Serviço Social neste espaço.

A atividade foi desenvolvida individualmente ou por duplas, entregue em formato de relatório, totalizando 22 (vinte e duas) visitas nas escolas de Salvador e uma visita no município de Alagoinha (BA), sendo 14 (quatorze) escolas municipais e nove escolas estaduais. Os relatórios foram desenvolvidos a partir das informações fornecidas por diretores (as), professores (as), coordenadores (as), pedagogos (as), dentre outros. Como resultado, todos os relatórios foram tabulados, sistematizados e analisados. Vale salientar que, em apenas uma escola visitada foi constatada a presença do Serviço Social, mas no município de Alagoinhas (BA), de acordo com o 13º relatório:

Existe assistente social na escola. Tem como objetivo de trabalho a classe trabalhadora, esclarecendo a população dos seus direitos sociais e aos meios

de ter acesso aos mesmos. Atua também como mediador das relações sociais, na defesa intransigente dos direitos humanos.

As análises dos relatórios evidenciaram a presença de múltiplas expressões da questão social no espaço escolar. De acordo com os dados, foram elencados, aproximadamente 35 (trinta e cinco) expressões da questão social, sendo elas: evasão escolar/infrequência escolar; várias formas de violência (doméstica, sexual, física, psicológica, escolar) dentro e fora da escola; tráfico e uso de drogas (estudante/pelos pais); *Bullying*; questões relacionadas à saúde mental (desejo de suicídio, compulsão, ansiedade, depressão, transtorno psicossocial, retardo mental, autismo, déficit de aprendizagem); abuso sexual e psicológico; ausência da família no espaço escolar/desestrutura familiar/negligência domiciliar/conflito com os genitores; ausência dos pais na escola; distúrbios educacionais e comportamentais/déficit de aprendizagem; necessidade de trabalho mesmo interferindo na qualidade dos estudos/ desemprego/trabalho infantil; alcoolismo de familiares; questões relacionadas à homossexualidade/transgênero; falta de acessibilidade dos alunos com deficiência; gravidez na adolescência; preconceito de gênero e racial e segurança pública/falta de investimento do poder público para garantir a permanência. Vale ressaltar que há nos relatórios dos cursistas uma mescla de demandas que são postas para o Serviço Social e para a Psicologia.

Fica evidente, nos relatórios, a necessidade de um/uma profissional que tenha competências e atribuições para trabalhar com essas múltiplas expressões da questão social, na luta pela igualdade e ampliação da defesa dos direitos sociais. Os relatórios alegam elemento importante no quesito inserção dos assistentes sociais no âmbito educacional, principalmente, no reconhecimento dos demais profissionais da educação referente a necessidade e a importância de sua inserção/atuação nesse espaço. De acordo com o 15º relatório, uma professora relata que:

A inserção dos assistentes sociais na escola é importante no sentido de compreender os conflitos existentes, intervindo nesse processo (expressões da questão social) e auxiliando no desvelamento e enfrentamento desses conflitos. A inclusão do assistente social no contexto escolar presume uma atuação que vise o conhecimento e acompanhamento da realidade social dos estudantes, bem como de suas respectivas famílias, do fortalecimento de vínculos destes, a fim da busca pela emancipação dos sujeitos e garantia de seus direitos.

Outra fala pertinente sobre a necessidade da inserção do assistente sociais na escola pública municipal em Salvador, foi do 23º relatório, outra professora alega que:

A falta do profissional de Serviço Social nessa escola é sentida, [...], muitos trabalhos deixam de ser realizados, como por ex: orientação dos estudantes, palestras informativas, acompanhando estudantil e de outros casos, principalmente relacionados a evasão escolar, violência, dentre outros e que somente o assistente social é o profissional preparado para responder as muitas questões dessas apresentadas.

Referente ao trabalho multidisciplinar/interdisciplinar, também foi pautado nos relatórios, como forma de necessidade para compor o espaço escolar numa perspectiva de garantir o acesso e a permanência dos estudantes, e principalmente sua formação. De acordo com o 2º e o 9º relatórios, a coordenadora e a diretora das respectivas escolas relatam que:

Nesse sentido, o esforço feito pelos professores, pedagogos e demais membros da escola é de inteira importância para identificar questões que possam interferir na permanência. No entanto, o trabalho multidisciplinar de atenção mais interventiva se faz necessária, pois apesar da dedicação dos profissionais são identificados demandas diversas. Que exigem a realização de um trabalho pautado na articulação de rede, estudo sobre a realidade socioeconômica dos educados com o intuito de garantir não apenas seu acesso, mas sobretudo sua permanência durante todo o processo de formação. Sendo mediante essa realidade, imprescindível a presença do assistente social. (RELATÓRIO 2)

Considera-se que, nesse espaço, os profissionais como assistente social e psicólogos contribuiriam sobremaneira para enfrentar os desafios impostos ao espaço escolar, mas destaca os limites dos serviços públicos disponíveis a população usuária. Não existe instrumentos capazes de trabalhar e orientar acerca dos direitos e acesso as políticas públicas que muitas vezes são negadas. Seria um trabalho do assistente social. Essa escola é um lugar de intervenção desse profissional por conta das várias formas de demandas que surge. É necessário o Serviço Social na escola para promover ações socioeducativas, trabalhar o fortalecimento do vínculo familiar com a escola e garantindo os direitos. (RELATÓRIO 9)

Tais relatos reforçam a necessidade de luta do Serviço Social pela inserção do profissional nas escolas públicas em Salvador, sobretudo através da elaboração de legislação municipal e estadual, bem como, pelo fortalecimento da luta da categoria pela aprovação do PL 3.668/2000. As entidades representativas da categoria vêm reforçando/mobilizando os profissionais cada vez mais para uma aproximação na construção das comissões de educação nos CRESSs, nos movimentos sociais, nas lutas pela garantia dos direitos e, para a luta pela inserção dos assistentes sociais na educação básica.

Por fim, é necessário considerar importante a proposta da atividade do curso, no sentido de elencar as principais demandas e expressões da questão social presente nas escolas públicas de Salvador, mesmo que a abrangência das visitas tenha sido limitada, comparada com o número total de escolas no município de Salvador. Mas, contribuiu também para dar visibilidade à ausência de profissionais do Serviço Social na educação básica pública.

Outro aspecto que merece destaque foi a elaboração, pela coordenação do curso de formação, de uma nota sobre a necessidade e urgência da inserção do profissional do Serviço Social na cidade de Salvador. A nota tomou como referência os relatórios das visitas às escolas pelos cursistas e destacou as diversas expressões da questão social presentes nas escolas públicas de Salvador e a importância da inserção do/da assistente social na educação básica pública. A referida nota foi lida no II Encontro Regional Serviço Social na Educação promovido pela Comissão de Educação do CRESS-BA e será protocolada na reunião da Comissão de Educação para subsidiar o processo de luta pela inserção do profissional do Serviço Social nas escolas públicas de Salvador.

O referido encontro regional, foi organizado pela comissão de educação do CRESS-BA 5ª região, ocorreu nos dias 20/07 e 21/07/2017, com presença total de 134 (cento e trinta e quatro) participantes. O primeiro dia do encontro, pela manhã, além da apresentação cultural, teve a conferência magna com o tema: A política de educação na conjuntura atual, uma discussão ministrada pelo Profº Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida. À tarde, houve apresentações de 24 (vinte e quatro) trabalhos, tendo os seguintes eixos: 1) O Serviço Social e a Política de educação; 2) O Serviço Social e a educação profissional e tecnológica; 3) O Serviço Social e a educação superior e 4) O Serviço Social e a educação básica.

No segundo dia, pela manhã, ocorreu a mesa redonda intitulada: O trabalho do assistente social na educação no Brasil e no Nordeste teve participação de assistentes sociais da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal da Bahia. A discussão da mesa foi voltada para o trabalho do assistente social na educação básica em cada estado. Posteriormente, à tarde teve cinco minicursos com os determinados eixos temáticos: 1) Ética e Serviço Social; 2) Legislação e política de educação; 3) Assistência estudantil/acompanhamento social; 4) Reforma da previdência e os impactos para a educação, e, 5) Reforma do ensino

médio e a escola sem partido. Vale salientar que boa parte dos cursistas que fizeram o curso de formação esteve presente no II Encontro.

Assim sendo, o curso de formação deixou uma contribuição importante no sentido dar subsídios para o fortalecimento da luta em defesa de uma educação pública de qualidade e da necessidade e urgência de inserção do profissional do Serviço Social nas escolas públicas de Salvador, a exemplo de alguns municípios brasileiros que contam com um considerável número de profissionais atuando nas escolas públicas (João Pessoa-PB, Campina Grande-PB, Maceió-AL, Rio de Janeiro-RJ e Aracajú-SE). Portanto, faz-se necessário maior organização e mobilização da categoria profissional, maior participação nos espaços formativos, fomentar debates sobre o trabalho do assistente social no sentido de contribuir para a construção de conhecimentos sobre a atuação profissional na política de educação pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente estudo, é importante fazer algumas considerações, levantando a certeza de que não se esgote aqui as reflexões do tema proposto. O ponto de partida deste trabalho foi a discussão sobre o surgimento do Serviço Social, tratando da emergência e natureza da profissão, compreendendo a relação histórica que compõe as relações de trabalho impostas pela reconfiguração do processo de produção, especificamente, as peculiaridades das relações sociais brasileiras.

Assim, todo o processo de construção e consolidação da profissão do Serviço Social foi posto diante dos processos políticos, históricos, das transformações societárias e do seu amadurecimento e rompimento com as práticas conservadoras. Portanto, o processo de formação dos/as assistentes sociais, ao longo de todo percurso, foi marcado por lutas e avanços. A partir da década de 1980, o Serviço Social buscou uma reflexão crítica sobre o trabalho profissional, lutando por uma formação não conservadora, e sobre sua construção de práticas em prol das lutas sociais da classe trabalhadora, na reivindicação e garantia de direitos sociais.

A consolidação do projeto Ético-Político da profissão, a partir dos anos 1990, constituiu um grande avanço para a categoria, principalmente no que tange à formação dos assistentes sociais. A aprovação da Diretrizes Curriculares das ABEPSS em 1996, significou uma construção coletiva da profissão, tanto ético e político quanto na sua formação profissional, sobretudo, na perspectiva da intenção de ruptura, tendo como referência a teoria crítica. As Diretrizes Curriculares, que representaram e reafirmaram a perspectiva crítica da categoria profissional, são resultados dos desdobramentos do movimento de reconceituação do Serviço Social. Porém, o avanço neoliberal e as expressões de contrarreforma do Estado voltadas para um projeto privatista de educação, tencionam a ABEPSS na luta pela manutenção da proposta curricular. Assim, a luta pela materialização e consolidação do projeto Ético-Político continua, apesar dos embates do projeto neoliberal, e na luta pela defesa e manutenção dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Nesse sentido, baseado na discussão das transformações societárias em curso, das necessidades do capital em se reconfigurar e no aprofundamento da “questão social” diante da perda de direitos e do desmonte das políticas públicas, o conjunto CFESS-CRESS ao desenvolver o documento, A Política de Educação Permanente buscou consolidar uma política voltada para a promoção do

aprimoramento intelectual, técnico e políticos dos/as assistentes sociais, tendo como principal objetivo uma formação qualificada e crítica. Tal formação, busca refletir sobre o fazer profissional e construir práticas transformadoras da realidade social. É nessa perspectiva que o projeto ético-político profissional se afirma. Defender a educação permanente dos assistentes sociais é importante no sentido de fortalecimento e aprimoramento das dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa na profissão, é fortalecer suas reflexões diante da realidade que está posta no espaço sócio-ocupacional, principalmente na educação.

Contudo, diante da conjuntura histórica da educação, principalmente por ser uma área de grande interesse do capital, pensar a inserção dos assistentes sociais nesse espaço complexo, nos faz refletir sobre os desafios e as possibilidades do profissional de Serviço Social, principalmente, diante das diversas demandas oriundas das expressões da questão social, objeto de trabalho desses profissionais. Nesse sentido o Curso de Formação para assistentes sociais que atuam na Política de educação em Salvador, idealizado a partir da compreensão de formação permanente defendida pela Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, desenvolveu espaços de formação para os profissionais, com o intuito de fortalecer as ações, reflexões, aprimoramentos e construção política da categoria. De tal modo, a importância desse espaço, só reafirma a necessidade de construção de espaços de formação permanente como principal meio para responder as diversas demandas postas ao Serviço Social.

A atividade de campo desenvolvida pelos cursistas, a saber uma visita a uma escola pública da cidade de Salvador para identificar as principais expressões da questão social existentes na escola que justificariam a inserção do assistente social nas escolas públicas de Salvador, só denuncia a necessidade de colocar em pauta uma discussão sobre a urgência da inserção dos profissionais de Serviço Social na educação, principalmente, na educação básica pública em Salvador, considerando que existem atualmente 672 (seiscentos e setenta e dois) escolas públicas, sendo 436 (quatrocentas e trinta e seis) escolas municipais e 236 (duzentos e trinta e seis) escolas estaduais.

Assim, finalizamos com a pretensão de que este estudo, primeiro possa fomentar as reflexões acerca das condições objetivas do trabalho profissional do assistente social no âmbito da política de educação em Salvador; contribuir para o fortalecimento da formação permanente, agregando conhecimento para suas ações

dentro do espaço de trabalho e, reforçar a importância da inserção de profissionais de Serviço Social na educação básica pública em Salvador, uma vez que, as diversas demandas e expressões da questão social identificadas exigem profissionais qualificados, com atribuições e competências para realizar uma leitura e intervenção crítica nos diversos espaços sócio-ocupacionais, vinculados a Política de Educação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). **Código de Ética de Seção de São Paulo, 1947**. Seção de São Paulo, 1947. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1947.pdf. Acesso em: 04 maio.2017

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). **Formação Profissional: Trajetória e Desafios**. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997. Edição especial.

ABREU, Maria Helena Elpidio. A experiência do projeto ABEPSS itinerante: a atualidade do projeto de formação profissional frente à contrarreforma da educação. *Temporalis*, [S.l.], v. 13, n. 25, p. 113-132, fev. 2017. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4853>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

ABEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional** – Novos subsídios para o debate. Cadernos ABESS, São Paulo, 1997, n. 7.

_____. Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. In Vv. Aa. Cadernos Abess. São Paulo: Abess/Cortez 1998. n. 8.

_____. **Projeto ABEPSS Itinerante Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação do Serviço Social**. 2011. Disponível em: <http://abepss.org.br/projeto-abepss-itinerante-18>. Acessado em 06-07-2017.

_____. **Projeto ABEPSS Itinerante O Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas**. 2014. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201604041620107714300.pdf. Acessado em 06-07-2017.

_____. **Projeto ABEPSS Itinerante Os Fundamentos do Serviço Social em Debate: formação e trabalho profissional**. 2016. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201607292128532079990.pdf. Acessado em: 06-07-2017.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social**. In: MOTA, A. E. et al. (Org). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: http://fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf . Acesso em: 24 julho de 2017

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 3.688/2000**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>> .> Acesso em 16/julho/2017.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília-DF: CFESS, 2017a. (Série - Trabalho e Projetos Profissional nas Políticas Sociais).

_____. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília-DF: CFESS, 2012. Disponível em: http://dssestagio.paginas.ufsc.br/files/2013/06/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf

_____. **Código de Ética profissional dos assistentes sociais**. Brasília-DF: CFESS, 1993.

_____. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília-DF: CFESS, 2011.

_____. **Meia formação não garante um direito**: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília: CFESS. 2017b. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf. Acesso:

_____. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.].-- Brasília: CFESS, 2005.

CASTRO E CASTRO, Marina Monteiro; TOLEDO, Sabrina Navarro. A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Libertas**, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1592> Acesso: 18/06/2017.

FARIAS, Mariana da Silva. **As Dimensões Técnico-Operativa, Teórico- Metodológica e Ético-Política do Trabalho do Assistente Social No IFBA**. 52 f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FÉRRIZ, A. F. P; et al. **A Produção do Conhecimento e a Legislação sobre a inserção do Assistente Social na Política de Educação no Brasil**. In: II Encontro Serviço Social na educação. CRESS-BA, 2017.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>Acesso em: 24 julho 2017

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. 2017. Disponível em: <http://dns.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000563.pdf>. Acesso em: 08/03/2017

GOLÇALVES, Carla Agda. **O PROGRAMA REUNI: significados e ressonâncias da implantação do curso de Serviço Social da UFG/CCG – 2008/2012.** Tese (doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2013, 401p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/** Marilda Vilela Iamamoto, Raúl de Carvalho. – 40. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out. /dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional /** Marilda Vilela Iamamoto. - São Paulo, Cortez, 2015.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** -3. Ed. – São Paulo, Cortez, 2008.

LIMA, Katia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: **Serviço Social e educação.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2013 176p.

MACIEL, A. L. S. **Universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em serviço social.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/397>

MARX, Karl. **O capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital /** Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7jbv.pdf>

MUSTAFÁ. *Alexandra Monteiro.* Ética e Religião – Ingerência da Igreja Católica na soberania nacional: A capitulação do Estado Brasileiro. In: **Sociedade em debate.** Pelotas: Universidade Católica de Pelotas. EDUCAT, V. 12, Nº 2, p. 137 – 163. Julho / Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.rsd.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/430/384>

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8. ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no pós-64.** São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO. José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B1nta3CLzWJXRHpOUzI4d1pGdW8/edit>

OLIVEIRA. Débora de Almeida. **O trabalho do assistente social nas instituições privadas de ensino: o contexto das escolas confessionais de Salvador (BA).** 92 f. 2016. Monografia (graduação) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; ABREU, Maria Helena Elpidio. As particularidades do estágio curricular na formação profissional do(a) assistente social. In: **SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NOS ANOS 2000: Cenários, peijas e desafios**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

SALVADOR. **Programa Agente da Educação**. 2017. Disponível em: <http://www.agentedaeducacao.salvador.ba.gov.br/projetos.php>. Acesso: 20/07/2017

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://docplayer.com.br/15956367-Politica-educacional-brasileira-e-servico-social-do-confessionalismo-ao-empresariamento-da-formacao-profissional.html>

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **CEFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A – CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIRO

PERÍODO 1936-1945
I. Influência do ideário franco-belga, presente sobretudo nas preocupações com a situação da classe operária e com a Ação Social. Ensino inspirado em currículos de escolas europeias.
II. Concepção de Ação Social e Trabalho Social marcada pela filosofia católica, expressa em documentos pontifícios comprometidos com a justiça social e com a “reforma” da sociedade capitalista. Crença de que pela “reforma social” seria possível superar os problemas sociais gerados pela Revolução Industrial e combater a influência comunista (posição antiliberal e anticomunista).
III. Abordagem individualizada dos problemas sociais através do Serviço Social de Casos Individuais. Atenção especial à família, instituição social onde se constata e expressam mais nitidamente os problemas sociais.
VI. Perspectiva de adaptação do indivíduo ao meio e do meio ao indivíduo
V. Trabalho baseado em precária instrumentação técnica (visitas domiciliares, entrevistas, documentação), porém marcado pelo idealismo da Ação Social católica junto às classes menos favorecidas.
VI. Contribuição para a racionalização da assistência prestada por obras sociais do município (organização da assistência social particular e governamental).
VII. Influência do pensamento positivista.

FONTE: dados obtidos em (PEREIRA, 2007, p.117-118). Sistematização da tabela de autoria própria.

APÊNDICE B – PRINCIPAIS EIXOS DA FORMAÇÃO CURRICULAR DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA DÉCADA DE 1930 e 1940

EIXOS	
Formação científica	A partir de noções muito variadas, se compunha de conhecimento sobre o Homem na sua vida física, psicologicamente, econômica, moral, social e jurídica, estado normal e perturbações a que está sujeito. O que seria complementado pela formação do raciocínio, consistindo em criar o habito da lógica, da objetividade em face das realidades, e em noções básicas de filosofia.
Formação técnica	A preparação técnica ensinaria como combater os males sociais e a imprimir ao trabalho do assistente social caráter inteiramente diverso do desenvolvido pelos demais formas de assistência. Na ausência de uma sistematização satisfatória, a prática seria o elemento essencial na sua formação técnica e onde se formaria a mentalidade profissional
Formação moral	A formação moral seria o coroamento do trabalho de preparação do ser social, por, na falta de informação moral solidamente edificada sobre a uma base e princípios cristãos, ação seria falha, devido às vezes os elementos que garantem uma ação educativa, que é visitada pelo Serviço Social. Deveria dar uma visão de conjunto das verdadeiras normas do agir humano individual ou em sociedade, focalizando de modo especial a posição do Assistente Social na tarefa que lhe incumbe.
Formação doutrinária	Esta seria a base, o elemento vivificador de todos os outros aspectos da formação do Assistente Social. Uma posição em face da vida que ofereceria a garantia da unidade e execução do programa de formação. Deveria impregnar a personalidade do Assistente Social, o qual deve estar convicto dos princípios que deve defender

FONTE: dados obtidos em (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 236). Sistematização e elaboração da tabela de autoria própria.

APÊNDICE C – FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO (1936) E DO RIO DE JANEIRO (1937)

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO	ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO
20 PROFESSORES	41 PROFESSORES
3 Religiosos	3 Religiosos
5 Bacharéis (3 em Direito e 2 Ciências Sociais e Política)	6 Bacharéis (5 em Direito e 1 em Ciências Sociais)
3 Médicos	8 Médicos
6 Assistentes Sociais	7 Assistentes Sociais
3 Professores (1 formado em Filosofia e 2 em Serviço Social)	2 Engenheiros
	1 Bibliotecônomo
	1 Enfermeiro
	1 Farmacêutico
	1 Orientador educacional
	1 Especialista em Jardim de Infância
	5 orientadores familiares

FONTE: dados obtidos em Iamamoto e Carvalho (2014, p. 238). Sistematização e elaboração da tabela de autoria própria.

APÊNDICE D – PRINCIPAIS MARCOS E INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS QUE CARACTERIZOU O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (1930-1950)

NOME	ANO
CEAS (Centro de Estudos e Ações Sociais de São Paulo)	1932
Institutos de Aposentados e Pensões – IAPs	1933
1ª Escola de Serviço Social do Brasil, localizada em São Paulo	1936
2ª Escola de Serviço Social do Brasil, localizada no Rio de Janeiro	1937
Instituto de Educação Familiar e Social, hoje Departamento de Serviço Social da PUC-RJ	1937
Curso de Serviço Social da Escola Ana Nery, hoje Escola de Serviço Social da UFRJ.	1937
Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS	1938
Instituto de Serviço Social	1940
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	1942
LBA – Legião Brasileira de Assistência (primeira instituição nacional)	1942
I Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Chile	1945
Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS	1946
Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS	1946
Serviço Social da Indústria – SESI	1946
Fundação Leão XIII	1946
Primeiro Código de Ética dos Assistentes Sociais	1947
I Congresso Brasileiro de Serviço Social, promovido pelo CEAS	1947
II Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Brasil na cidade do Rio de Janeiro.	1949
O reconhecimento do Serviço Social como profissão liberal ⁵⁷ , pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a partir da Portaria nº 35 de 19 de abril	1949

FONTE dados obtidos em Iamamoto e Carvalho (2014), Sistematização e elaboração da tabela de autoria própria.

⁵⁷ De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014, p.86) “O Serviço Social no Brasil, embora regulamentado como uma profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar as profissões liberais na acepção do termo. O Assistente Social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que refere a maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao estabelecimento do público ou clientela a ser atendida.”

APÊNDICE E – DELIBERAÇÕES APROVADAS NOS ENCONTROS NACIONAIS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO (2001-2010)

	DELIBERAÇÕES:
30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS 2001	- Que o CFESS encaminhe um documento sobre o tema, com orientações para subsidiar as ações dos regionais nos estados, uma vez que existem demandas dos/as profissionais da área. - Convocar os/as assistentes sociais que trabalham na área da educação para discutir o tema nos regionais. - Registrar e socializar experiências na área via CFESS.
31º Encontro Nacional CFESS-CRESS – 2002 – Brasília (DF)	- Construir ação nacional sobre o tema Serviço Social na Educação, com acompanhamento sistemático pelo CFESS, mapeando as discussões, a atuação profissional e concretizações nessa área, a partir de dados e considerações enviados pelos regionais. - Utilizar, no âmbito dos CRESS, os mecanismos legais para cumprir as legislações aprovadas (leis e decretos) de inserção da/o assistente social na política de educação. - Intensificar o debate da atuação do Serviço Social na Educação.
32º Encontro Nacional CFESS-CRESS – 2003 – Salvador (BA)	- Elaborar um relatório a ser organizado pelo CFESS, informando sobre o andamento da discussão no Legislativo, referente à inserção do/a assistente social na área da educação e estimular essa discussão nos CRESS. Pressionar para a aprovação do Projeto de Lei e mapear as experiências e leis existentes no Brasil sobre o Serviço Social na área de educação. Participação do Conjunto CFESS-CRESS nos conselhos de educação nas instâncias federal, estadual e municipal.
33º Encontro Nacional CFESS-CRESS – 2004 – Curitiba (PR)	- Acompanhar o processo de normatização do Serviço Social na Educação, construindo parâmetros nacionais, a partir de levantamentos (do que existe) efetuados pelos regionais e enviados ao CFESS.
34º Encontro Nacional CFESS-CRESS – 2005 – Manaus (AM)	- Intensificar ações de acompanhamento do processo de normatização do Serviço Social na Educação, construindo parâmetros nacionais a partir de levantamentos (do que existe) 10 efetuados pelas regionais ao CFESS, constituindo uma comissão composta por um/a representante de cada região dos CRESS e representantes do CFESS. - Acompanhar a tramitação e fazer gestão de modificações ao Projeto de Lei nº 837/2003, do Deputado Federal Durval Orlato, sobre a presença de assistentes sociais e psicólogos/as na educação. Articular com os legislativos estaduais, Conselhos Regionais e Federal de Psicologia para viabilizar ação conjunta.
	- Constituir um GT no Encontro Nacional CFESS-CRESS 2006, composto por um/a representante de cada região dos CRESS e

35º Encontro Nacional CFESS-CRESS – 2006 – Vitória (ES)	representante do CFESS, num prazo de 30 dias, para cada região encaminhar o nome para o CFESS, para intensificar o acompanhamento do processo de normatização do Serviço Social na Educação, construindo parâmetros nacionais a partir de levantamentos (do que existe) enviados pelos regionais ao CFESS, bem como fazer gestões na perspectiva de arquivamento do PL nº 837/2003.
36º Encontro Nacional CFESS-CRESS – 2007 – Natal (RN)	- Efetivar o trabalho do GT do Serviço Social na Educação, apresentando seus resultados no Encontro CFESS-CRESS – 2008.
37º Encontro Nacional CFESS-CRESS – 2008 – Brasília (DF)	- Efetivar o trabalho do GT do Serviço Social na Educação, apresentando os resultados finais no Encontro CFESS-CRESS de 2009 e considerar as propostas no relatório parcial.
38º Encontro Nacional CFESS-CRESS – 2009 – Campo Grande (MS)	- Efetivar o trabalho do GT do Serviço Social na Educação, apresentando os resultados no Encontro CFESS-CRESS de 2010.
39º Encontro Nacional CFESS-CRESS – 2010 – Florianópolis (SC)	- Provocar a realização de debates estaduais e municipais até o final do segundo semestre de 2011, a partir do documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”, produzido pelo GT, a ser socializado em dezembro de 2010. - Acompanhar e monitorar a tramitação dos PL’s em nível federal, estadual e municipal e fazer incidência política para aprovação de seus conteúdos. - Organizar o Seminário Nacional do Serviço Social na Educação para o primeiro semestre de 2012, antecedido de seminários regionais. - Atualizar a bibliografia e pesquisas sobre o tema. - Incentivar a criação e a continuidade das comissões/núcleos/Grupos de Trabalho sobre Serviço Social na Educação junto aos CRESS, estimulando a sistematização das experiências. - Publicar o documento final sobre “Serviço Social na Educação” até o final do segundo semestre de 2012 após a realização do “Seminário Nacional de Educação”

FONTE: dados obtidos em CFESS (2011, p. 7-8). Sistematização e elaboração da tabela de autoria própria.

APÊNDICE F – FICHA DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE PARA ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO

1. Como você avalia a aula?

2. Avaliação Geral:

Ótimo Bom Regular Ruim

3. Aspectos negativos:

4. Aspectos Positivos:

5. Formule sugestões:

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO DE EXTENSÃO PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: A FORMAÇÃO PERMANENTE DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SALVADOR

1) De que forma o curso contribuiu para a sua formação?

2) De que forma o curso contribuiu para a sua atuação como Assistente Social na Política de Educação?

3) Como você avalia o Curso de Extensão?

4) Sugestões?

APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: A FORMAÇÃO PERMANENTE DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SALVADOR

PERFIL PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

1. SEXO

MASCULINO FEMININO

2. QUAL A SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

BISSEXUAL HETEROSSEXUAL HOMOSSEXUAL

Escreva o nome da sua ORIENTAÇÃO SEXUAL Caso NÃO SEJA uma das alternativas

3. IDADE

20 a 24 25 a 34 45 a 59 60 e mais de 60

4. QUAL A SUA RELIGIÃO?

NENHUMA CATÓLICA PROTESTANTE ESPIRITUALISTA
 UMBANDA ATEIA
 BUDISTA EVANGÉLICA AFRICANA JUDAICA
 ESPIRITA KARDECISTA

Escreva o nome da sua RELIGIÃO caso NÃO SEJA uma das alternativas

5. QUAL A SUA PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL?

BRANCA PRETA PARDA INDIGENA

6. QUAL SEU ESTADO CIVIL?

CASADO DIVORCIADO DIVORCIADO SOLTEIRO
 VIUVO UNIÃO ESTÁVEL

7. POSSUI FILHOS?

NENHUM UM DOIS TRÊS OU MAIS

8. QUAL A SUA RENDA FAMILIAR (Em Salários Mínimos)?
() ATÉ 3 S/M () DE 4 A 6 S/M () DE 7 A 9 S/M () MAIS DE 9 S/M

9. QUANTOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS, NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL, VOCÊ POSSUI?

() NENHUM () UM () DOIS () TRÊS OU MAIS

10. QUAL O TIPO DO SEU PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO?

Entende-se por PRINCIPAL o vínculo empregatício que seja mais estável e/ou o de maior carga horária

() CARGO COMISSIONADO () CLT (TEMPO INDETERMINADO () CLT (TEMPO DETERMINADO) () ESTATUTÁRIO () NOMEAÇÃO () REDA () SEM CONTRATO () TERCEIRIZADO

Escreva o nome do TIPO do seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO caso

11. QUAL A NATUREZA DA INSTITUIÇÃO DO SEU PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO?

() PUBL. FEDERAL () PUBL. ESTADUAL () PUBL. MUNICIPAL () PRIVADA () TERCEIRO SETOR

12. - QUAL A SUA CARGA HORÁRIA NO PRINCIPAL VÍNCULO?

() 20H () 24H () 30H () 40H () MAIS DE 40H

13. DÉCADA DE CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO?

() 1970 () 1980 () 1990 () 2000 () A PARTIR DE 2010

14. INSTITUIÇÃO QUE REALIZOU A GRADUAÇÃO?

15. MODALIDADE DE ENSINO DA INSTITUIÇÃO DA GRADUAÇÃO?

() PRESENCIAL () EAD

16. ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL NOS ULTIMOS 2 ANOS?

() SIM () NÃO

17. A SUA ATUAL FORMAÇÃO É?

() GRADUADO(A) () MESTRE(A) () ESPECIALISTA () DOUTOR(A) () PÓS-DOUTOR(A)

18. QUAIS OS MEIOS DE ATUALIZAÇÃO QUE FOMENTAM SEU TRABALHO?

() LIVROS E REVISTAS DA AREA
() PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS
() PARTICIPAÇÃO EM CURSOS
() PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE ESTUDO

- () ATIVIDADES E INFORMATIVO DO CRESS 5ª REGIÃO
() INTERNET
() OUTROS
19. A INSTITUIÇÃO DO SEU PRINCIPAL VINCULO EMPREGATÍCIO FORNECE CONDIÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL?
() SIM () NÃO
20. QUAIS AS FORMAS DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL OFERECIDA PELO PRINCIPAL VINCULO EMPREGATÍCIO?
-
21. HOUVE MUDANÇA NO NÚMERO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPAÇO SOCIO-OCUPACIONAL DEPOIS DA SUA INSERÇÃO?
() AUMENTOU
() DIMUNUIU
() NÃO SEI INFORMAR
() PERMANECEU IGUAL
22. HOUVE MUDANÇA NO NÚMERO DE ATIVIDADES SOB RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO SOCIAL?
() AUMENTOU
() DIMUNUIU
() NÃO SEI INFORMAR
() PERMANECEU IGUAL
23. TEMPO DE TRABALHO NO SEU PRINCIPAL VINCULO EMPREGATÍCIO?
-
24. OCUPOU CARGO DE CHEFIA?
() SIM () NÃO
25. TRABALHA COM EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E/OU INTERDISCIPLINAR?
() SIM () NÃO
26. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA CHEGAR AO TRABALHO
-
27. PARTICIPA DE ATIVIDADE POLÍTICA?
() SIM () NÃO

OBRIGADA!!!

ANEXO

RESOLUÇÃO CFESS Nº 755, de 27 de abril de 2016

EMENTA: Determina a sobrestamento da análise e da decisão dos pedidos de inscrição profissional, já protocolizados ou que vierem a ser apresentados perante os Conselhos Regionais de Serviço Social/ CRESS, onde existam elementos, indícios ou evidências que disciplinas do curso de Serviço Social foram ofertadas em cursos livres de extensão e os diplomas expedidos por instituições de ensino.

O Presidente do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que o Conselho Federal de Serviço Social tomou conhecimento de situação de extrema gravidade, consistente na emissão de diplomas de bacharéis em Serviço Social, para alunos que realizaram sua formação em instituições que ministram cursos livres de extensão;

Considerando que tal irregularidade vem sendo constatada e averiguada, principalmente pelos Conselhos Regionais de Serviço Social/CRESS com jurisdição nos Estados do Ceará; Pernambuco; Pará; Paraíba e Maranhão e embora as medidas adotadas por esses sejam pertinentes, não possibilitam a adoção de uma ação nacional que dê a necessária unidade aos procedimentos, para o enfrentamento de tão grave situação;

Considerando que as atribuições inerentes a oferta de ensino superior - de atribuição exclusiva das Instituições de Ensino Superior autorizadas pelo Ministério da Educação - estão sendo executadas por cursos de extensão;

Considerando que diante da impossibilidade do curso de extensão expedir o diploma de bacharel, em face sua natureza legal de "curso livre" não sujeito a vinculação ou sujeição ao MEC, realiza convênio como faculdades ou universidade que se incumbem de expedir o diploma;

Considerando que as atribuições inerentes à oferta de ensino superior - de

atribuição exclusiva das Instituições de Ensino Superior autorizadas pelo Ministério da Educação - estão sendo executadas por cursos de extensão;

Considerando que diante da impossibilidade dos cursos livres de extensão expedirem o diploma de bacharel, uma vez que não estão sujeitos a vinculação ou sujeição ao MEC, realizam convênios como faculdades ou universidades que se incumbem de expedir o diploma;

Considerando que em decorrência da obtenção destes “diplomas”, expedidos de forma irregular e que não cumprem os requisitos elementares exigidos por lei, os/as interessados/as comparecem aos Conselhos Regionais de Serviço Social/ CRESS para obtenção de seu registro profissional;

Considerando a decisão liminar em Ação Civil Pública prolatada no processo 0800187- 91.2015.4.05.8303 da 38ª. Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, figurando como autor o Ministério Público Federal e como réu a Faculdade Extensiva de Pernambuco Ltda/ FAEXPE. Dentre as medidas pleiteadas pelo Ministério Público Federal e acatadas em sede liminar por aquele D. Juízo destaca-se: a paralisação imediata da divulgação de qualquer anúncio publicitário oferecendo cursos de extensão, de graduação e pós-graduação e outros; a suspensão de suas atividades referente, dentre outros, ao curso de Serviço Social; a interrupção das matrículas nos cursos de extensão e outros; a proibição de firmar qualquer tipo de convênio com instituições credenciadas pelo MEC, para o fim de diplomar seus alunos de “cursos livres”;

Considerando as disposições do parágrafo 1º do artigo 10 do Decreto nº 5733/06 combinadas com a previsão do parágrafo 2º do artigo 49 e 47 da Lei 9394/96, que ensejam concluir que “os cursos de extensão não permitem o futuro aproveitamento como cursos de graduação” sendo uma modalidade que não possui validade acadêmica;

Considerando que o Conselho Federal de Serviço Social/CFESS tem legitimidade legal para agir – administrativamente ou judicialmente – contra quem infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas profissionais a dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social, nos termos do artigo 22 da Lei Federal nº 8662, de 07 de junho de 1993;

Considerando que cabe ao Conselho Federal de Serviço Social/CFESS disciplinar e defender o exercício da profissão em todo território nacional, conforme dispõe o artigo 7º da Lei 8662/93;

Considerando que somente podem exercer a profissão os possuidores de diploma em curso de graduação de Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento, nos termos do artigo 2º da Lei 8662/93 e que o mecanismo utilizado pelos cursos de extensão e pelas instituições de ensino conveniadas configura-se como burla a legislação em vigor;

Considerando que cabe ao Conselho Federal de Serviço Social, juntamente com os Conselhos Regionais, zelar pela qualidade ético-política; teórico-metodológica e técnico-operativo da profissão do assistente social;

Considerando que a medida adotada por essa resolução é temporária e visa assegurar que os usuários do serviço social e a coletividade não sejam atendidos por pessoas sem a qualificação exigida por lei, objetivando, ademais, sustar eventuais prejuízos ou danos que poderão advir do deferimento da inscrição dos/as interessados/as perante os CRESS e do exercício profissional respectivo.

RESOLVE:

Art. 1º SOBRESTAR, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da data da publicação desta resolução, a análise e decisão acerca os pedidos de registro já protocolizados

ou que vierem ser apresentados perante os Conselhos Regionais de Serviço Social/ CRESS, onde existam evidências ou indícios que disciplinas do curso de Serviço Social foram ministradas (integralmente ou parcialmente) em instituições que ofertam cursos livres de extensão, cujos diplomas foram expedidos por instituições de ensino conveniadas ou não.

Parágrafo único - Os CRESS poderão se utilizar de todos os procedimentos cabíveis e lícitos no âmbito do direito, para averiguação dos indícios ou evidências de irregularidades, podendo tomar esclarecimentos por termo, solicitar documentação e outros.

Art. 2º Solicitar à assessoria jurídica do CFESS a elaboração de Parecer Jurídico a ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta resolução no Diário Oficial da União, indicando e já apresentando as medidas jurídicas – judicial ou extrajudicial – que devem ser adotadas pelo CFESS, de forma a impedir que sejam concedidos registros nestas condições ilegais.

Parágrafo único - Sem prejuízo das medidas previstas na presente resolução, os CRESS que já adotaram medidas administrativas ou judiciais, relativas à situação de que trata esta norma, deverão dar prosseguimento as mesmas, comunicando ao CFESS.

Art. 3º As situações excepcionais, relativas a pedidos de registro de formandos/as provenientes de curso de extensão, deverão ser tratadas pelos CRESS, de forma especial e individualizada e, na hipótese de seu acatamento, deverão ser devidamente justificadas e motivadas.

Art. 4º Os casos omissões serão resolvidos pelos CFESS.


Maurílio Castro de Matos

Maurílio Castro de Matos